

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ  
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO  
EDUARDO DA SILVA FREITAS

**DAS RAÍZES DA FLOR DA MATA  
AOS DESAFIOS DE CONSERVAR OS SEUS RAMOS**

Inventário do Patrimônio Cultural Edificado  
do Núcleo Histórico do Município de Paudalho

RECIFE  
DEZEMBRO/2010

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ  
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO  
EDUARDO DA SILVA FREITAS

**DAS RAÍZES DA FLOR DA MATA  
AOS DESAFIOS DE CONSERVAR OS SEUS RAMOS.**

Inventário do Patrimônio Cultural Edificado  
do Núcleo Histórico do Município de Paudalho

Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido pelo  
aluno Eduardo da Silva Freitas, orientado pela Prof.  
Mércia Carréra, apresentado ao curso de Arquitetura  
e Urbanismo da Faculdade Damas da Instrução  
Cristã.

RECIFE  
DEZEMBRO/2010

**Freitas, Eduardo da Silva**

**Das raízes da flor da mata aos desafios de conservar os seus ramos: Inventário do Patrimônio Cultural Edificado do Núcleo Histórico do Município de Paudalho. / Eduardo da Silva Freitas. - Recife: O Autor, 2010.**

**102 folhas : il., fig.**

**Orientador(a): Mércia Carréra de Medeiros.**

**Monografia (graduação) – Faculdade Damas da Instrução Cristã. Trabalho de conclusão de curso, 2010.**

**Inclui bibliografia.**

**1. Arquitetura. 2. Patrimônio. 3. Patrimônio cultural. 4. Inventário. 5. Tombamento. I. Título.**

**725 CDU (2.ed.)  
720 CDD (22.ed.)**

**Faculdade Damas  
TCC 2010-000**



## FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ

Curso de Arquitetura e Urbanismo

### ATA DE AVALIAÇÃO FINAL DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Às \_\_\_\_\_ horas do dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, reuniu-se a Banca Examinadora de Trabalho de Conclusão de Curso, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado \_\_\_\_\_ desenvolvido pelo(a) aluno(a) \_\_\_\_\_, como requisito final de obtenção do Grau de Arquiteto Urbanista, de acordo com as normas em vigor. Aberta a sessão, o professor \_\_\_\_\_, orientador do trabalho, autorizou a apresentação pelo aluno. Logo após, seguiram-se as colocações dos membros e conseqüente argüição a(o) aluno(a), com sua respectiva defesa. Ao final, a banca se reuniu, sem a presença de todos, para julgamento e atribuição do resultado final, declarando o(a) candidato(a) \_\_\_\_\_, com o conceito \_\_\_\_\_. O resultado final foi comunicado publicamente ao (à) candidato(a) pelo Orientador(a) do Trabalho, tendo todos os membros presentes assinado a Ata.

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do Convidado(a) externo(a)

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do Convidado(a) interno(a)

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do Professor(a) Orientador(a)

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do Candidato(a)



*Aos meus pais, **Edson e Luzinete**,  
pelo amor e apoio permanente.*

*Aos meus avôs,  
**Freitas e Cristóvão** (in memoriam),  
que logo na minha infância  
acreditaram e investiram em minha  
formação fundamental.*

## AGRADECIMENTOS

A DEUS, Perfeito, Maravilhoso, “Ciência Grandiosa” que me inspira, ilumina e enche de graças o meu caminho.

À Faculdade DAMAS da Instrução Cristã, que realizou o meu sonho e redirecionou o meu caminho sempre para o Alto “Duc In Altum”, o meu eterno agradecimento através da Ir. Mirian e Ir. Eliziete.

À Prof<sup>a</sup>. orientadora Mércia Carréra e à coordenadora do curso e co-orientadora Dra. Maria do Carmo Braga, que não pouparam esforços em ajudar com seu conhecimento acadêmico, com a disponibilidade de abundante material e pelo estímulo, confiança e “*insights*” imprescindíveis para a minha formação.

À Prof<sup>a</sup>. Elizabeth Cassimiro, minha tia, que muito contribuiu com sua experiência, competência, empenho, atenção e zelo na qualidade do trabalho; pelos assessoramentos agradáveis, regados a deliciosos almoços feitos por Ana; pelas sugestões de novos caminhos e “discussões” que enriqueceram enormemente o resultado final da pesquisa e a minha vida.

Aos professores do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Damas: Maurício Rocha de Carvalho, Natália Vieira, Paulo Diniz, Ana Ramalho, Marcelo Franca, Augusto Aragão, Fernando Botelho, Verônica Lima e Aerton, pelas valiosas “construções”.

Ao Superintendente Regional do IPHAN em Pernambuco, Frederico Faria Neves Almeida e a Coordenadora do processo inventário e tombamento de Goiana, Maria Emília Lopes Freire, pela enorme disposição e interesse em colaborar, franqueando acesso aos arquivos do IPHAN, especialmente, ao inventário do núcleo histórico do Município de Goiana.

À Presidente da FUNDARPE, Luciana Azevedo e aos colegas da Diretoria de Preservação Cultural, Célia Campos, Rosa Bonfim e Roberto Carneiro, que promoveram o acesso ao processo de tombamento do núcleo histórico de Tracunhaém, notadamente a Nazaré Reis, que me forneceu todo o arquivo do PPSHI, relativo a Paudalho, demonstrando cordialidade, atenção, disponibilidade e compromisso com o trabalho.

A Pereira, prefeito do Município (2001-2008), que oportunizou a vivência cultural com o espírito de solidariedade a Paudalho.

Aos Tios Lúcia de Fátima e Faelante, pelo carinho e amparo nas horas difíceis e ao suporte de equipamentos digitais. Às amigas, Bernadete Almeida e Severina Ramos e às Tias Glória Cavalcanti e Lúcia de Fátima pela leitura minuciosa e incentivo.

A Erani, Bruno e Ronaldo, pelas hospedagens, carinho incondicional, laboratórios gastronômicos e ponches. Especialmente a Erani, agradeço pelo grande suporte em design gráfico “digno de Eduardo Freitas”. A Eliane Furtado, Maria de Jesus Brito e Márcia Vieira, que caminharam comigo nestes anos de curso, com amizade, companheirismo, solidariedade, cumplicidades e carinho.

À Severino Soares de Araújo (in memoriam) que me inspirou a pesquisar a história de Paudalho. Ao longo de nossas agradáveis conversas se tornou minha maior referência na pesquisa em Paudalho. Às suas filhas Jesus, Lourdes e Ceça, que me honraram com a guarda de sua obra. À Sociedade Instrução e Beneficência, “oásis da cultura paudalhense”, através de Antônia Cavalcanti e Diogo Porfírio, pelo incentivo, carinho e disponibilidade da Biblioteca Rui Barbosa para realização de oficinas e jornada de educação patrimonial.

A todos os paudalhenses, pela especial colaboração nas entrevistas e participação nas oficinas. Às amigas Odete Bandeira, que me presenteou com os dez volumes dos Anais Pernambucanos de Pereira da Costa, facilitando a pesquisa e a Laís Figueredo, parceira na luta “Redescobrimo Paudalho”. Aos amigos por terem compreendido todas as “ausências”, especialmente a Dario e Davi Camarotti e Ronyerison Monteiro.

A Vovó Ceça e Vovó Mena que, com grande sabedoria, trouxeram para mim, agradáveis conversas e importantes informações sobre Paudalho. Aos Tios, tias e primos do núcleo familiar Freitas e Cristóvão, pelo incentivo contínuo. A Mamãe, Papai, Cláudia, Paulo, Eduarda, Ingrid e Lucas, pelo amor e “apoio”. De tanto me ajudarem, também, são “quase arquitetos”.

*Recorrendo à memória  
Preservemos a história  
De nossa identidade  
Pra merecermos futuro  
Sem lacunas, sem escuro  
E não ficar na saudade*

*Bernadete Almeida*

## **RESUMO**

Este trabalho aborda a temática do patrimônio cultural, filiada às áreas da Arquitetura e do Urbanismo, especialmente aos seus propósitos de contribuir, cada vez mais, com a preservação da identidade histórica e cultural da humanidade. A contextualização do tema se aplica ao Município do Paudalho, tido como um dos locais da Zona da Mata de Pernambuco, considerada, inclusive, pela legislação e por outras medidas, de caráter oficial, oriundas de instituições vinculadas ao tema, como pólo de preservação cultural, haja vista o potencial que nesse sentido apresenta, bem como pelos desafios que merecem ser enfrentados, sobretudo, no seu núcleo histórico edificado. Objetiva, de um modo geral, subsidiar a elaboração de uma política de conservação do patrimônio cultural edificado do Município do Paudalho e, especificamente, inventariar esse patrimônio no âmbito de seu núcleo histórico. Elege como fundamentos teóricos, o pensamento de Melo (1918), ao se referir à lógica urbana do surgimento das vilas no Séc. XVIII, bem como o princípio da conservação integrada. Pertence à tipologia da pesquisa exploratório-descritiva, cujas técnicas, mais usuais, além da revisão da literatura e dos contatos sistemáticos iniciais com o campo de estudo, foram: análise de experiências no ramo, entrevistas semi-estruturadas, análise de documentação e levantamento físico-arquitetônico do conjunto edificado selecionado. Está organizado, além de uma introdução e das considerações finais, em quatro capítulos, a saber: 1) Patrimônio Cultural: conceitos, políticas e instrumentos de preservação; 2) Experiências em inventários e tombamento; 3) Caracterização do Município do Paudalho e 4) inventário do patrimônio cultural edificado do núcleo histórico do Paudalho. Apesar das lacunas nele contidos, pode ser a base para proposição de uma nova política de preservação do patrimônio cultural edificado do Município do Paudalho.

**Palavras-Chave:** Patrimônio; patrimônio cultural; inventário; tombamento.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURA

<b>FIGURA 01:</b> Localização do Município de Tracunhaém – PE.....	34
<b>FIGURA 02:</b> Vista do Núcleo histórico do Município de Tracunhaém.....	35
<b>FIGURA 03:</b> Localização das cidades inventariadas no PPSHI.....	38
<b>FIGURA 04:</b> Localização do Município de Goiana-PE.....	41
<b>FIGURA 05:</b> Antiga Árvore do Paudalho.....	47
<b>FIGURA 06:</b> Sítio Arqueológico Miritiba.....	49
<b>FIGURA 07:</b> Casa Grande Engenho Mussurepe.....	49
<b>FIGURA 08:</b> Capela de Santa Teresa Antigo Engenho Paudalho.....	50
<b>FIGURA 09:</b> Limites geográficos do Município de Paudalho.....	51
<b>FIGURA 10:</b> Zona de Interesse Histórico e Cultural de Paudalho (ZICH).....	52
<b>FIGURA 11:</b> Romaria a São Severino do Ramos.....	54
<b>FIGURA 12:</b> Principais vias e intensidades dos fluxos em Paudalho.....	55
<b>FIGURA 13:</b> Mapa de Gabarito das Edificações do Centro de Paudalho.....	56
<b>FIGURA 14:</b> Balneário Zumbi – Paudalho.....	57
<b>FIGURA 15:</b> Mosteirinho de São Francisco – Paudalho.....	58

<b>FIGURA 16:</b> Capela de Nossa Senhora do Desterro – Paudalho.....	58
<b>FIGURA 17:</b> Capela de Nossa Senhora do Rosarinho - Paudalho.....	59
<b>FIGURA 18:</b> Capela de Nossa Senhora da Luz – Engenho Ramos - Paudalho.....	60
<b>FIGURA 19:</b> Desfile Clube Lenhadores do Paudalho.....	61
<b>FIGURA 20:</b> Desfile Clube Estrela do Paudalho.....	61
<b>FIGURA 21:</b> Recorte da Área de Estudo do Núcleo Histórico do Município de Paudalho (NHMP) na ZICH.....	64
<b>FIGURA 22:</b> Quadras Estudadas no NHMP.....	65
<b>FIGURA 23:</b> Vernáculo Tradicional - Casas de Turma – Paudalho.....	67
<b>FIGURA 24:</b> Vernáculo Contemporâneo - Praça Santa Teresa -Paudalho.....	68
<b>FIGURA 25:</b> Neoclássico – Escola Herculano Bandeira - Paudalho.....	68
<b>FIGURA 26:</b> Neoclássico – Praça Espírito Santo– Paudalho.....	69
<b>FIGURA 27:</b> Eclético – Paço Municipal – Paudalho.....	69
<b>FIGURA 28:</b> Eclético – Avenida Raul Bandeira - Paudalho.....	70
<b>FIGURA 29:</b> Art Decô – Rua João Alfredo - Paudalho.....	70
<b>FIGURA 30:</b> Moderno – Praça Joaquim Nabuco - Paudalho.....	71
<b>FIGURA 31:</b> Imóvel Sem Recuo – Praça Pedro Coutinho – Paudalho.....	71

<b>FIGURA 32:</b> Barroco – Fachada Igreja Matriz – Paudalho.....	72
<b>FIGURA 33:</b> Imóvel Séc. XIX Revestido em Azulejo Francês – Paudalho.....	73
<b>FIGURA 34:</b> Imóvel com Recuo Lateral - Rua João Alfredo – Paudalho.....	73
<b>FIGURA 35:</b> Imóvel com Recuo Lateral – Rua Luiz Maranhão – Paudalho.....	74
<b>FIGURA 36:</b> Imóvel Início Séc. XX – Rua João Alfredo – Paudalho.....	74
<b>FIGURA 37:</b> Cromolitogravura Paudalho 1878 - F. H. Carls .....	75
<b>FIGURA 38:</b> Imóvel Antigo Preservado – Av. Raul Bandeira – Paudalho.....	76
<b>FIGURA 39:</b> Imóvel Antigo Modificado – Rua Domingos Martins – Paudalho.....	76
<b>FIGURA 40:</b> Imóvel Antigo Descaracterizado – Rua João Alfredo – Paudalho.....	77
<b>FIGURA 41:</b> Esquema Gráfico dos Usos por Imóvel (NHMP).....	78
<b>FIGURA 42:</b> Esquema Gráfico do Gabarito (NHMP).....	79
<b>FIGURA 43:</b> Esquema Gráfico das Tipologias por Imóveis (NHMP).....	79
<b>FIGURA 44:</b> Esquema Gráfico da Época da Construção (NHMP).....	80
<b>FIGURA 45:</b> Esquema Gráfico dos Elementos da Cultura Imaterial (NHMP).....	81
<b>FIGURA 46:</b> Procissão em Paudalho no ano de 1917.....	81
<b>FIGURA 47:</b> Esquema Gráfico das Referências Iconográficas (NHMP).....	82
<b>FIGURA 48:</b> Esquema Gráfico da Representação no Conjunto (NHMP).....	83



<b>FIGURA 49:</b> Capela de Nossa Senhora do Livramento dos Homens Pardos – Paudalho.....	83
<b>FIGURA 50:</b> Cine Teatro Santa Teresa – Paudalho – Demolido em 1972.....	84
<b>FIGURA 51:</b> Prédio da Farmácia Coutinho – Paudalho – Demolido em 1982.....	84
<b>FIGURA 52:</b> Placa de Restauração da Ponte do Itaíba – Paudalho.....	85
<b>FIGURA 53:</b> Imóveis Ecléticos da Rua Domingos Martins em 1979.....	86
<b>FIGURA 54:</b> Imóveis Ecléticos da Rua Domingos Martins em 2002.....	86
<b>FIGURA 55:</b> Imóveis Ecléticos da Rua Domingos Martins em 2010.....	86
<b>FIGURA 56:</b> Rua Rego Melo – Início do Século XX – Paudalho.....	87
<b>FIGURA 57:</b> Rua Rego Melo em 1975 – Paudalho.....	87
<b>FIGURA 58:</b> Rua Rego Melo em 2010 – Paudalho.....	87
<b>FIGURA 59:</b> Rua Dr. José Mariano em 1979 – Paudalho.....	88
<b>FIGURA 60:</b> Rua Dr. José Mariano em 2002 – Paudalho.....	88
<b>FIGURA 61:</b> Rua Dr. José Mariano em 2010 – Paudalho.....	88
<b>FIGURA 62:</b> Av. Luiz Maranhão em 1979 – Paudalho.....	89
<b>FIGURA 63:</b> Av. Luiz Maranhão em 2002 - Paudalho.....	89
<b>FIGURA 64:</b> Av. Luiz Maranhão em 2010 – Paudalho.....	89
<b>FIGURA 65:</b> Praça Pedro Coutinho em meados do Séc. XX – Paudalho.....	90

<b>FIGURA 66:</b> Praça Pedro Coutinho em 1979 – Paudalho.....	90
<b>FIGURA 67:</b> Praça Pedro Coutinho em 2010 – Paudalho.....	90
<b>FIGURA 68:</b> Praça Pedro Coutinho em 1971 – Paudalho.....	91
<b>FIGURA 69:</b> Praça Pedro Coutinho em 2002 – Paudalho.....	91
<b>FIGURA 70:</b> Praça Pedro Coutinho em 2010 – Paudalho.....	91
<b>FIGURA 71:</b> Praça Joaquim Nabuco no Início do Séc. XX – Paudalho.....	92
<b>FIGURA 72:</b> Praça Joaquim Nabuco em Meados do Séc. XX – Paudalho.....	92
<b>FIGURA 73:</b> Praça Joaquim Nabuco em 2010 – Paudalho.....	92

## **QUADRO**

<b>QUADRO 01:</b> Análise comparativa das experiências em inventário.....	45
<b>QUADRO 02:</b> Quadras que compõem a área de estudo em Paudalho.....	65

## SUMÁRIO

**DEDICATÓRIA**

**AGRADECIMENTOS**

**EPÍGRAFE**

**RESUMO**

**LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

**SUMÁRIO**

**INTRODUÇÃO.....15**

**CAPÍTULO 1 PATRIMONIO CULTURAL: CONCEITOS, POLÍTICAS E INSTRUMENTOS DE PRESERVAÇÃO.....19**

1.1 DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO À VISÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL.....19

1.2 INSTRUMENTOS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL.....25

**CAPÍTULO 2 EXPERIÊNCIAS EM INVENTÁRIOS E TOMBAMENTOS .....34**

2.1 PROCESSO DE INVENTÁRIO E TOMBAMENTO ESTADUAL DO NÚCLEO URBANO DO MUNICÍPIO DE TRACUNHAÉM.....34

2.2 INVENTÁRIO E PLANO DE PRESERVAÇÃO DOS SÍTIOS HISTÓRICOS DO INTERIOR DE PERNAMBUCO – PPSHI.....37

2.3 PROCESSO DE INVENTÁRIO E TOMBAMENTO FEDERAL DO NÚCLEO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE GOIANA..... 41

**CAPÍTULO 3 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PAUDALHO.....47**

3.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS.....47

3.2 CONTEXTO URBANÍSTICO, PAISAGÍSTICO E ARQUITETÔNICO.....51

**CAPÍTULO 4 INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO DO NÚCLEO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE PAUDALHO.....63**

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>94</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>98</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>102</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho versa sobre o tema do patrimônio cultural, recorrente na produção científica, na legislação ou, mais amplamente falando, nas políticas públicas mais recentes, vinculadas ao tema, advindas, de modo especial, das áreas da Arquitetura e Urbanismo, centradas na preocupação de preservar a identidade histórica e cultural e, conseqüentemente, o patrimônio da humanidade.

A preocupação acima dita, subjacente à temática – objeto de estudo deste trabalho -, vem se ancorando teoricamente nas formulações mais tradicionais e, sobretudo, naquelas atualizadas, que regidas, dentre outros princípios, pelo da conservação integrada, dão origem a contribuições pontuais relativas aos procedimentos e instrumentos metodológicos básicos, para operacionalizá-las, como por exemplo, o inventário e o tombamento.

À luz do eixo teórico supra explicitado, o trabalho traz à tona, marcadamente, quando se refere ao princípio da conservação integrada, o pensamento de Zancheti (2002), Pontual (2002), Lapa & Zancheti (2002), Milet (2002), Vieira (2007) e Castriota (2009).

Ao se deter, entretanto, na singularidade de uma região específica, para explorar questões inerentes ao tema do patrimônio cultural, além das contribuições literárias já mencionadas, o trabalho não despreza as formuladas por Melo (1918), ao se referir à lógica de nucleação urbana das vilas emergentes no Séc. XVIII. E, ao focalizar os procedimentos e instrumentação metodológica se vale das contribuições oferecidas, sobretudo, pelo IPHAN e FUNDARPE.

A contextualização do tema de estudo se aplica ao Município do Paudalho, terra natal, de endereço e domicílio do autor desta elaboração, que sobretudo o encanta e lhe faz cantar, ainda que silenciosamente, o que se originou do cancionero popular – “Paudalho, linda flor da mata”.

A escolha do Município do Paudalho como âmbito de análise empírica da temática enfatizada, além do enraizamento e vínculos afetivos acima explicitados, é justificada, principalmente por se admitir que o mesmo se configura como um dos *loci da Zona da Mata* do Estado de Pernambuco, que apresenta atratividade para uma abordagem acadêmica da temática em tela, haja vista se constituir um patrimônio cultural, tangível e intangível, de grande valor para a

história da região. No seu conjunto, situam-se: exemplares arquitetônicos de mais de 300(trezentos) anos; considerável variação tipológica e edificações religiosas dos Séc. XVII ao XX; recursos naturais de interesse paisagístico; manifestações culturais singulares, como a Banda Musical 22 de novembro (158 anos); grandes romarias a São Severino do Ramos; calendário anual de celebrações e procissões, expressões do folclore, visualizadas nas festas carnavalescas dos Clubes centenários - Lenhadores, Estrela e Cruzeiro do Sul – e dos grupos organizados Caboclinhos, Maracatus, Bois de Carnaval, La Ursa – e nas festas Juninas, dentre outras manifestações da cultura popular.

A convivência empírica com a realidade histórico-arquitetônica e sócio-cultural do Município permite observar que o mesmo vem sofrendo sensíveis perdas arquitetônicas em suas zonas urbana e rural, apesar da relativa distância local das grandes pressões imobiliárias, observadas na capital e em maiores centros urbanos de Pernambuco. Em seu núcleo histórico, essas perdas são notórias, agressivas e ameaçadoras ao conjunto, em vista das próprias características do aglomerado urbano. As modificações que se operam nos elementos do conjunto típico assumem efeitos mais profundos e danosos, não só pelo fato de comprometerem a unidade, como também, e principalmente, por se tornarem “exemplo/modelo” a ser copiado.

O estado geral de conservação das edificações do núcleo histórico é preocupante e o índice de sua descaracterização das fachadas vem se acentuando, aceleradamente, dando lugar a construções “modernosas” com baixa qualidade, não se constituindo bons exemplos de arquitetura contemporânea, nem acrescentando nenhuma contribuição à Cidade, talvez, pela ausência de uma política patrimonial de cunho educativo. Nesse sentido, observa-se a presença de edificações verticais, principalmente, de dois pavimentos, sendo as mais recentes de três a quatro pavimentos, associadas ao fato das instalações de antenas de operadoras de telefonia e de televisão, o que altera a configuração da paisagem local.

A falta de uma política estrutural que tenha no seu escopo a valorização da conservação integrada, somada à escassez de recursos de várias ordens, deságua em grandes desafios no campo da saúde, da educação, da habitação e do emprego. Além disso, a ausência de uma legislação municipal de tombamento, que venha salvaguardar os bens culturais, contribui para a ocorrência de ações pontuais desordenadas e/ou superficiais dessa esfera do poder público ou para a restrita declaração de suas intenções, descolada do caráter de uma gestão

participativa na qual a comunidade possa compartilhar os problemas da cidade e do encaminhamento de medidas que os minimize ou solucione.

As considerações acima justificam, dessa forma, a problemática da investigação realizada, cujo objetivo mais geral é a de ser subsídio para elaboração de uma política de conservação do patrimônio cultural do Município do Paudalho, e, de modo específico, inventariar esse patrimônio no âmbito do seu núcleo histórico edificado.

Ao se buscar os principais elementos para apreensão da realidade empírica investigada, impôs-se a necessidade de definir o tipo de pesquisa aqui concebido como de natureza exploratório-descritiva. Quanto aos atores sociais que participaram do estudo mencionam-se gestores, técnicos e outras pessoas que se constituem “fonte viva” da memória histórica do Município. A natureza do estudo ora relatado indica que a escolha desses atores sociais, caracterizados como fontes de informação, não carecem do critério da amostragem estatística. Eles foram escolhidos, portanto, levando em conta o seu vínculo com o objeto de estudo e comunicação direta com os mesmos.

Os procedimentos técnicos utilizados, para acesso aos dados ou informações, pressupôs, necessariamente, além da revisão da literatura pertinente, o contato sistemático-exploratório com o campo de pesquisa e o estudo de experiências similares, com vistas a melhor delimitar o problema, a definir os sujeitos, bem como os documentos consultados. O recorte do trabalho requereu, ainda: o uso complementar de entrevistas semi-estruturadas, abertas ou livres; a consulta a registros documentais disponíveis nos acervos públicos e privados (plantas, fotografias, planos, legislação urbanística do Município); o levantamento físico-arquitetônico do conjunto edificado, na área delimitada para estudo, visando a obter dados sobre o lote, o tipo de implantação, a configuração arquitetônica, o estado de conservação e a elaboração de registros gráficos e fotográficos, como croquis de plantas e fachadas.

O relatório do estudo ora apresentado, além de uma parte introdutória e das considerações finais, está estruturado em quatro capítulos. O primeiro aborda a conceituação de patrimônio cultural, bem como os instrumentos e políticas para sua preservação. O segundo capítulo trata das experiências em inventário e tombamento dos Municípios de Tracunhaém e Goiana - PE, bem como do inventário e Plano de Preservação dos Sítios Históricos do Interior de Pernambuco – PPSHI. O terceiro trata da caracterização do Município do Paudalho,

visualizando-o desde sua origem histórica, até aspectos atuais relativos aos contextos urbanísticos, paisagísticos e arquitetônicos. O quarto capítulo apresenta o inventário do patrimônio cultural edificado do núcleo histórico do Paudalho.

Fica reconhecida a partir do desenvolvimento deste trabalho, a necessidade de preservação da riqueza do patrimônio cultural do Município. Cabe assinalar, que apesar das contribuições individuais recebidas e do material documental identificado, há escassez de acervo público municipal arquivístico e iconográfico que demonstre o potencial cultural do local estudado. Para preencher tal lacuna, o trabalho expõe, talvez, ousadamente, material do acervo do seu autor.

Diante do exposto, o trabalho aqui apresentado ao longo desta produção parece relevante ao visar o fornecimento de elementos que propicie as bases para formulação de uma nova política de conservação do patrimônio cultural do Município abordado. Não obstante, as limitações e a provisoriedade do conhecimento construído ao longo de sua produção, as perspectivas dele oriundas poderão ser expandidas, aos demais elementos que possam avaliar o grau de descaracterização e conservação e às demais quadras do núcleo histórico inventariado.



## **CAPÍTULO 01 – PATRIMÔNIO CULTURAL: CONCEITOS, POLÍTICAS E INSTRUMENTOS DE PRESERVAÇÃO.**

Este capítulo reflete sobre a questão do patrimônio cultural na atualidade. Para tanto, tomou como base o conceito de patrimônio, desde sua origem, passando pela invenção do patrimônio nacional até à noção contemporânea de patrimônio cultural. Assim, faz uma abordagem dos diferentes significados do termo, transpondo-o para o urbano, fundamentando-se nas políticas e instrumentos de preservação utilizados ao longo da história, até os dias atuais.

### **1.1 – DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO À VISÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL**

Para Choay (2006, p.11), patrimônio é uma bela e antiga palavra, cuja raiz se encontra na palavra pai, do latim *pater*. Tal termo está articulado, desde suas origens, às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável e bem enraizada no espaço e no tempo.

Segundo Funari (apud Almeida, 2006), a palavra patrimônio denota diferentes sentidos. Nas línguas românicas, o termo é derivado do latim *patrimonium*, significando uma propriedade herdada do pai ou dos antepassados, uma herança. Os alemães usam o termo *denkmalpflege*, para indicar o cuidado dos monumentos, daquilo que nos leva a pensar nos antepassados, na herança. Os ingleses adotaram a palavra *heritage*, para expressar aquilo que foi ou pode ser herdado. Em todos esses significados, há sempre uma referência à lembrança *moneo*, que em latim significa levar a pensar. Vale destacar um outro sentido dado ao termo, como segue:

Ao lado destes significados de natureza subjetiva e afetiva, que ligam as pessoas aos seus precursores, há também uma definição mais econômica e jurídica, “propriedade cultural”, em italiano *beni culturali*, o que implica um liame menos pessoal entre o monumento e a sociedade, de tal forma que pode ser considerada uma “propriedade” (FUNARI, 2006 apud ALMEIDA, 2006, p.57).

Para Santos (2008), o termo surge quando uma comunidade se refere à qualidade de representação conferida aos bens tangíveis e intangíveis que escolhe valorizar. Ele indica uma atribuição de valor.

Em nosso vocabulário cotidiano o termo patrimônio é bastante utilizado em vários âmbitos. Fala-se, por exemplo, de patrimônio econômico, patrimônio financeiro, patrimônio imobiliário, patrimônio empresarial, patrimônio familiar, dentre outros âmbitos que o qualificam.

Tomado como referência para as políticas culturais, o termo é definido pela Unesco (2005) como um legado que recebemos do passado, que vivemos no presente e que transmitimos às gerações futuras; uma fonte insubstituível de vida e inspiração, nosso ponto de referência, nossa identidade.

A crescente preocupação com a proteção do patrimônio cultural das sociedades reflete o desejo de valorizar a memória coletiva, não devendo ser entendido como uma nostálgica volta ao passado ou recusa em viver o presente, mas de respeitar o passado, admirá-lo e integrá-lo na realidade de uma cidade dinâmica e viva.

Pode-se tomar como referência o período do Renascimento (séculos XIV e XV), no qual o homem passou a ter consciência do passado e a se preocupar em recuperar ou guardar amostras de épocas anteriores, especialmente da antiguidade greco-romana. O vandalismo, a degradação e o iminente desaparecimento de edifícios antigos, consequências da Revolução Francesa, aceleraram o processo de salvaguarda de monumentos pelo Estado. A partir de então, começa a ser definida uma metodologia para conservação do patrimônio cultural com as contribuições de importantes autores, tais como Riegl, Viollet-le-Duc, John Ruskin, Camillo Boito, Gustavo Giovannoni e Cesare Brandi.

No decorrer da história, as idéias dos autores supracitados, ao lado de estudiosos do assunto na atualidade, que se contrapõem e se complementam, deixam como legado uma sólida e continuada base conceitual para subsidiar a questão da conservação com responsabilidade e consciência, ou seja, favorecem a construção das bases teóricas do conceito de patrimônio cultural. Com base nas suas contribuições, observa-se que o conceito de patrimônio cultural vem passando por importantes mudanças. Sua concepção inicial, associada à idéia de

monumento histórico único, se amplia para considerar dignos de preservação os conjuntos arquitetônicos inteiros, a arquitetura rural, a arquitetura vernácula e a arquitetura contemporânea. Essas concepções vão além das visões de monumento isolado que caracterizara o debate da preservação iniciada no século XIX, através da “teoria da restauração”, formulada com as contribuições do francês Viollet-le-Duc, do inglês John Ruskin e do italiano Camillo Boito.

Por outro lado, a destruição das cidades históricas da Europa, em consequência da Segunda Guerra Mundial, impôs a necessidade de ampliação das diretrizes para restauração de estruturas históricas danificadas. Surge daí movimentos para o desenvolvimento de uma ação internacional de proteção do patrimônio cultural, através do estabelecimento da Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos (ICOMOS). Marcos importantes de esforços para a preservação do patrimônio histórico-cultural da humanidade.

Nesse contexto, a preservação é entendida como o complexo de atividades orientadas para a salvaguarda e/ou recuperação de testemunhos do patrimônio histórico e cultural de uma região, incorporando-se, dessa forma, as modificações do conceito de patrimônio, que de monumento se amplia sob o prisma social e econômico.

Segundo a Carta de Burra (1980), começa-se a formular uma nova visão de intervenção sobre o patrimônio e a ideia de conservação é ampliada, designando cuidados a serem dispensados a um bem para preservar-lhe as características que apresentem uma significação cultural. Como observa Castriota (2009), a concepção ampliada de conservação atinge uma dimensão mais dinâmica, ou seja, enquanto a preservação pressupõe a limitação da mudança, a conservação refere-se à inevitabilidade da mudança e à sua gestão. Daí se consolida a ideia do patrimônio urbano enquanto objeto não estático por excelência. Ele ainda assinala que as ideias da conservação integrada se ampliam em 1975, durante a celebração do Ano Europeu do Patrimônio, com a intenção mais ampla de definir políticas de integração da preservação do patrimônio ao planejamento urbano.

Cabe destacar que ao propor a integração da conservação com políticas mais amplas de desenvolvimento, a Declaração de Amsterdã de 1975 contribui para a introdução do conceito

de conservação integrada. Essas novas ideias são também destacadas por Lapa & Zancheti (2002, p. 31), quando se referem às suas origens:

A conservação integrada (CI) tem origem no urbanismo progressista italiano dos anos 1970. Mais especificamente, da experiência de reabilitação do centro histórico da cidade de Bolonha, iniciada nos últimos anos da década de 1960, e conduzido por políticas e administradores ligado ao Partido Comunista Italiano.

Lapa & Zancheti (2002) afirmam que nos anos 1970 e 1980 os princípios da conservação integrada influenciaram outras cidades italianas e também cidades espanholas, sendo adotados por administrações municipais de esquerda como importante instrumento teórico e prático, para consolidação de uma imagem política baseada em parâmetros de eficiência administrativa, de justiça social e de participação popular. Nos anos 1980 e 1990, a proposta de conservação integrada é absorvida por políticas urbanas distantes do cunho social, como estratégias de revitalização ou reabilitação, através da agregação de valor à economia urbana, das localidades, por meio do binômio: recuperação econômica - valor imobiliário dos estoques de construções, tornando-se um instrumento de forte poder na atração e captação de investimentos de caráter privado com alcance supraregionais ou internacionais.

Assim, os instrumentos de ação na área de patrimônio e urbanismo são ampliados e inovados, através de canais financeiros, administrativos e jurídicos, tornando-se referência em políticas de patrimônio na Europa e em outros países, sendo absorvida também por gestões de direita.

Depois da II Conferência Mundial do Meio Ambiente (ECO 92), no Rio de Janeiro, a questão da conservação integrada é retomada, através de políticas progressistas, especialmente aquelas que aliam a questão ambiental à social. Essa nova postura reflete que qualquer política urbana deve contemplar a conservação ambiental. Desse modo, a conservação integrada passa a ser entendida como princípio de controle da mudança das estruturas ambientais urbanas.

Com o surgimento de novos paradigmas de planejamento urbano, a conservação integrada insere no corpo de seus conceitos, o de desenvolvimento sustentável. De acordo com Zancheti (2002, p. 81), a definição de desenvolvimento sustentável, mais aceita, é a elaborada em 1987 pela Comissão Mundial sobre o meio ambiente e desenvolvimento, encontrando-se expressa, no livro “Nosso futuro comum” (Relatório Brundtland): a saber: “O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as

necessidades das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”. Ele destaca que a sustentabilidade de uma cidade é um sistema complexo e aberto, com muitas variáveis e com elevado grau de interação interna e externa ao sistema e em constante transformação. O citado autor ainda observa a necessidade de valorar estado e processos, considerando que os valores atribuídos aos aspectos físico-espaciais dos territórios e das cidades existem no momento presente, sendo herança do passado e passarão para as gerações futuras por meio da transmissão cultural. Para tanto, é necessário ter a consciência de que os valores mudam, sendo o elemento físico-espacial (matéria) o depositário da informação que permitirá a identificação do valor no futuro. Zancheti (2002) também salienta que deve ocorrer um equilíbrio entre as taxas de transformação e de permanência das estruturas do passado, de forma que sejam garantidos a manutenção da riqueza ambiental urbana existente e o aumento da diversidade de elementos componentes das estruturas urbanas. Reis (2007) é um outro autor que também ressalta que as estruturas urbanas do futuro devem conter registros do passado e do presente e registros do passado que foram transformados no presente.

Para integrar o conceito de conservação integrada ao de desenvolvimento sustentável, Zancheti (2002) identifica a necessidade de uma gestão diferenciada para as áreas urbanas patrimoniais. Essa abordagem de gestão é definida por Pontual (2002) como o modo de intervir nas cidades, objetivando minimizar as perdas sociais, os vestígios da história e os desafios de adaptar o patrimônio cultural às necessidades contemporâneas, sem a perda de sua autenticidade e significado. Para isso, a autora elenca alguns pré-requisitos para o planejamento, bem como algumas recomendações das organizações internacionais, voltados para a gestão da conservação do patrimônio cultural, que podem ser resumidos na necessidade de elaboração de inventário físico-arquitetônico, na regulamentação do sítio histórico como patrimônio cultural, na sensibilização da sociedade e na manutenção do que existe, incorporando novos objetivos econômicos e sociais.

O processo de planejamento da conservação integrada, segundo Zancheti & Jokilehto (2002) segue quatro fases, simultâneas e integradas: 1) a análise e valorização, através da sistematização de dados, relativos principalmente, ao patrimônio cultural, destacando especificidades e diversidade de formas e funções da configuração urbana; 2) negociação realizada pelo gestor público, mediando conflitos, interesses e objetivos dos atores sociais ou técnicos do planejamento; 3) proposições, através da formulação de alternativas de intervenções técnicas, institucionais e financeiras, relacionadas à conservação do patrimônio

cultural; 4) monitoramento e controle, através da observação das condições ambientais dos impactos e riscos na estrutura física da área. Tal processo é consubstanciado, na maioria das experiências, num Plano de Gestão e este é complementado por outros instrumentos como o Plano de Desenvolvimento Local, o Programa de Educação Patrimonial, bem como pela legislação urbanística e tributária, por remeterem também à essência da existência da sustentabilidade do patrimônio em foco. Para o alcance dos objetivos e aumento das possibilidades de acertos da gestão da conservação integrada são destacados elementos essenciais, como: suporte logístico, tecnológico, técnico, administrativo, articulação funcional, bem como ambiente social e político estável.

Experiências bem sucedidas de conservação integrada ocorreram em diversos países, de maneiras diferenciadas. Na Bolonha (Itália) é aplicada nas áreas residenciais centrais, desde os anos 1970, com sucesso indiscutível nos anos 1980. Contudo, com a expansão do setor terciário e da Universidade nos anos 1990, o aumento no preço dos imóveis provocou a gentrificação. De acordo com Vieira (2007, apud LAPA e ZANCHETTI, 2002, p.31), a experiência de Bolonha é, inquestionavelmente, um marco divisor nas práticas preservacionistas, na medida em que introduz na cidade antiga a importância de seu uso, ou seja, sua inserção no mercado patrimonial.

Ainda, para Lapa e Zancheti (2002), em Ferrara e Brescia (Itália), o sucesso da conservação integrada pode ser atribuído às medidas oriundas da gestão municipal, como por exemplo, redirecionamento dos recursos de fundos públicos, para construção de moradia popular, acompanhado da conversão de grandes edifícios históricos em equipamento de serviço público para uso coletivo, bem como por conceber a política de conservação, através das ideias de recuperação, de expansão urbana e de transformação da infraestrutura econômica.

Eles ainda destacam na cidade de Lowell (Estados Unidos), nos anos 1970, a realização de um amplo inventário dos bens culturais e ambientais do município, o qual subsidiou a elaboração de um Plano de Recuperação do estoque de construção do antigo parque industrial, para que fosse reutilizado por atividades de serviços e de apoio ao turismo cultural, bem como campanhas para atrair novas empresas para a cidade. Experiência bem sucedida, que permitiu ao Município se tornar pólo de turismo cultural (arqueologia da indústria têxtil) e um grande pólo de alta tecnologia (computadores e *software*).

Os referidos autores também aludem que, em Lisboa (Portugal), a municipalidade produziu um Plano Diretor e Estratégico, para regulamentar a forma geral de ocupação do solo em toda a cidade, especificando os projetos que poderiam formalizar pactos com a iniciativa privada e com a comunidade dos bairros. Tal plano foi influenciado por ideais da esquerda, expressos pelo Partido Socialista Português com apoio do Partido Comunista e pela participação popular. As áreas degradadas da periferia urbana foram revitalizadas com a implantação de programas como, por exemplo, o recinto da Expo 98 e as Docas de Alcântara.

No Brasil, por volta dos anos 1970, segundo Vieira (2007), a perspectiva oficial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em relação à preservação patrimonial, começa a se voltar para os princípios da conservação integrada, ampliando a abordagem do universo arquitetônico ao universo mais amplo que inclui o social e o econômico para a “promoção do homem”.

Essa nova perspectiva passa a influenciar diversas experiências nacionais, com vistas a formar valores para as especificidades municipais e a formular estratégias, para construção de uma nova imagem das cidades. Com isso, as áreas urbanas antigas assumem um papel importante na construção de políticas locais de desenvolvimento, sendo observadas experiências em São Luiz (MA), Salvador (BA), Recife (PE), entre outras no Norte, Sul e Sudeste brasileiros.

Segundo Reis (2007), não se pode desconsiderar a força política dos planos, programas e projetos adotados para reverter a situação de degradação e de abandono dos centros urbanos. No entanto, as evidências parecem demonstrar que os mesmos ainda carecem de investimento privado e de soluções que evitem a gentrificação através do acesso à moradia. Por outro lado, é importante também situar a visão limitada dos mencionados instrumentos, agravada pela descontinuidade política, que descaracteriza as experiências brasileiras da gestão da conservação, enquanto processo permanente de integração e desenvolvimento sustentável.

## 1.2 – INSTRUMENTOS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

As diversas perspectivas colocadas em nossos dias para as políticas de conservação e a enorme expansão do conceito de patrimônio implicam refletir sobre os mecanismos tradicionais construídos ao longo do tempo. A crescente complexidade das tarefas de gestão do patrimônio cultural e a conseqüente necessidade de acompanhamento e avaliação dos

procedimentos, das técnicas, dos planos e projetos desenvolvidos nesse campo, levaram o inventário a ser reconhecido como um importante instrumento de planejamento e gerenciamento da conservação, como destaca Milet (2002):

(...) levou a que o inventário, na atualidade, seja entendido como um instrumento vivo, em constante atualização, capaz de instrumentalizar o processo de planejamento da conservação, à medida que permite o gerenciamento das informações relativas a valores, estado de conservação, estado de preservação, vulnerabilidade (riscos) e capacidade de carga de sítio. Todos esses elementos são de suma importância para o controle da mudança, para avaliação e monitoramento do plano de conservação, assim como para o estabelecimento das prioridades de intervenção (MILET, 2002, p.130).

Castriota (2009) é um outro autor que, além de destacar a proximidade, desde os anos 1970, dos órgãos de preservação e planejamento urbano no Brasil, das idéias da conservação integrada aponta que os mesmos têm utilizado o inventário para produzir o registro dos bens culturais a serem protegidos. Considera que embora seja um instrumento tradicional no campo de preservação, se bem explorado metodologicamente, pode ultrapassar a sua função original e se constituir num tipo de diagnóstico interdisciplinar, ao fornecer bases mais seguras de dados, bem como induzir a métodos de análise e interpretação para a ação e execução de políticas governamentais mais consistentes. Respeitando as particularidades locais, o inventário pode ser utilizado como base para o diagnóstico. Nesse sentido, o inventário é revisto metodologicamente, para se adaptar à nova conformação do patrimônio cultural, passando a constituir-se uma espécie de diagnóstico interdisciplinar.

Assim, o inventário do patrimônio cultural passa a considerar as recentes discussões sobre a dimensão e o alcance desse instrumento, deixando de ser visto como um fim em si, para ser considerado como meio para implantação e desenvolvimento de uma ferramenta a serviço da preservação. Conforme destaca Azevedo (1987), o inventário poderá ser a base de uma nova política de preservação, que, ao invés de tutelar apenas os bens excepcionais, buscará administrar o patrimônio amplo e pluralista construído por todos os brasileiros.

Os inventários são uma das mais antigas ferramentas de proteção ao patrimônio cultural, em nível internacional. Segundo Miranda (2008), a política oficial do inventário na França iniciou na década de 30 do Séc. XIX. Atualmente, é um importante instrumento de proteção dos bens culturais com cerca de 40.000 (quarenta mil) monumentos classificados ou inscritos. Sobre



este assunto Choai (2006) destaca que a legislação francesa de 1913 se constitui numa referência para a Europa e para o mundo, pela clareza e racionalidade de seus procedimentos.

Em Portugal, o processo de proteção legal dos bens culturais está assentado na classificação e inventariação. O registro patrimonial pelo inventário é entendido como um levantamento sistemático, atualizado e exaustivo dos bens culturais existentes a nível nacional, com vistas à respectiva identificação. Abrange os bens de propriedade pública ou privada. Quanto aos critérios considerados para inventariação, destaca-se o interesse do bem como testemunho simbólico, religioso, histórico, estético, urbanístico, paisagístico, entre outros (MIRANDA, 2008, apud LEI 107/2001).

Na Espanha, Miranda (2008) também destaca o inventário como uma das mais importantes formas de proteção do patrimônio cultural, aplicando-se para os bens inventariados medidas especiais e legislação específica, como é o caso da Lei 16/1985. O referido autor expressa que a Carta de Atenas (1931), já preconizava a publicação, pelos Estados, de um inventário dos monumentos históricos nacionais, acompanhado de fotografias e informações.

Essa importância dada ao inventário, já é observada no Código do Direito Canônico (1917). O cânone 1522 incumbe os administradores do patrimônio eclesial de redigirem um inventário accuratum ac distinctum que favoreça a valorização eclesial do patrimônio cultural, adequado e exato dos bens imóveis e móveis com a respectiva descrição e valor.

A Igreja Católica, desse modo, adota o inventário a fim de tutelar e valorizar o seu ingente patrimônio histórico e artístico. Na Carta Magna da Igreja de 1999 sobre o inventário dos bens culturais e artísticos da Igreja, o instrumento é mencionado e ressaltado como uma operação complexa e em contínuo desenvolvimento. Ainda destaca que os objetivos do inventário são o conhecimento, a salvaguarda e a valorização do patrimônio histórico-artístico e orienta que a elaboração analítico-sintética das fichas de inventariação deve estabelecer critérios e terminologias uniformes e rigorosas, a fim de permitir uma ordenação orgânica com a qual será possível e através dos seguintes procedimentos: 1) identificar o objeto e o seu contexto; 2) atribuir um código; 4) adotar uma terminologia; 5) identificar o patrimônio cultural (objeto, material, dimensões, estado de conservação), a situação jurídica e topográfica, a descrição visual (fotografia, desenho, relevo, planimetria), os registros históricos (época, autor, descrição histórico-artístico e iconográfico), entre outros.

Sobre a prática de inventários, Motta (1998) a destaca como uma maneira de se reafirmar o princípio de que só se preserva aquilo que se conhece, seja do ponto de vista intelectual ou afetivo. Assim, parece não haver dúvida que o inventário é considerado um importante instrumento de proteção do patrimônio cultural com regramento jurídico preciso, contribuindo para uma maior preservação dos bens culturais.

Segundo Azevedo (1987) não é de hoje que o inventário tem sido utilizado no Brasil como instrumento destinado a se conhecer e proteger o patrimônio cultural. Assim é que Miranda (2006) esboça que, já no período colonial, Francisco Mesquita, escrivão da Fazenda Real, elaborou um inventário dos prédios existentes em Recife, após a expulsão dos holandeses, arrolando 290 (duzentos e noventa) imóveis e descrevendo suas técnicas construtivas. No séc. XVIII, Frei Agostinho de Santa Maria efetuou o levantamento e a descrição das imagens da Virgem Maria e dos templos que se concentravam no norte, nordeste e sudeste do País, sendo divulgados nos volumes nove e dez da obra “Santuário Mariano e histórias das imagens milagrosas de Nossa Senhora”, publicado em Lisboa no ano de 1722.

As discussões internacionais a respeito do assunto levam a sociedade brasileira, nos anos 1920, através de seus intelectuais e lideranças, a refletir a importância de consolidação de instrumentos que colaborem com a preservação do seu patrimônio cultural, estando a preocupação com a institucionalização do inventário, observada em diversas tentativas de formulação de legislação, anteriores à criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) nos anos 1930. A ressonância desses ecos pode ser observada, conforme aborda Pelegrini (2006), na Constituição da República de 1934, ao explicitar o dever do Estado de proteger os bens culturais. Essa disposição é ratificada na Constituição de 1937, viabilizada pelo Decreto-lei nº. 25/1937 – principal instrumento jurídico utilizado pelo SPHAN. É pertinente também citar o entendimento do SPHAN sobre a posição acessória do inventário no sistema de preservação instalado no Brasil, ainda centrado na figura jurídica do tombamento.

Os intelectuais modernistas, fundadores do SPHAN, em busca da consolidação de uma identidade nacional brasileira, segundo Pelegrini (2006), percebiam a importância de se realizar o registro sistemático do acervo cultural do Brasil, ameaçado pelo desconhecimento e abandono. Nesse sentido, Lúcio Costa (1938), citado por Castriota (2009 p. 190) “faz uma veemente defesa de um estudo aprofundado de nossa antiga arquitetura, propondo um

inventário cuidadoso e exaustivo da arquitetura civil (urbana e rural) brasileira”. Sobre o assunto, Pelegrini (2006) destaca que o caráter oficial dos primeiros inventários de bens tombados no Brasil expressa acepções simbólicas do patrimônio nacional atribuídas à arquitetura pública, sendo tombadas fortalezas, fortes, aquedutos, casas de câmara, igrejas, engenhos, fazendas, pontes, casas nobres, solares e sobrados, sendo inscritos nos Livros do Tombo, em 1938, 235 (duzentos e trinta e cinco) bens culturais esparsos pelas regiões nordeste, sul e sudeste.

A tônica das práticas preservacionistas, colocadas em prática no Brasil, só vai mudar no final da década 1960, com as contribuições da Carta de Veneza de 1964, através do novo conceito de “sítio urbano” que vem substituir o de “cidade monumento”. Ao inserir os desafios de associar a preservação do patrimônio cultural e a memória social ao desenvolvimento e crescimento urbano, a política de patrimônio cultural do Brasil demonstra a sintonia de suas práticas com as políticas internacionais.

No Brasil, o inventário integra a legislação específica de proteção, prevista na Constituição de 1988, que tratou de forma inovadora a questão do patrimônio cultural. Ela estabeleceu, em seus artigos 215 e 216, a competência do Estado de garantir o exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes de cultura, atribuindo a responsabilidade legal de preservação do patrimônio às três instâncias do governo. E, mais importante, consagrou o princípio da participação da sociedade em todo o processo da preservação. Sem deixar de acolher a legislação anterior, altera, de imediato, a denominação de patrimônio histórico e artístico nacional para a de patrimônio cultural brasileiro, incluindo todos os modos de se criar, fazer e desenvolver tal objeto. Outra inovação se refere às formas de proteção, quando ao instrumento do tombamento são acrescentados os inventários, o registro da cultura imaterial, a vigilância e a desapropriação, deixando em aberto a instituição de outras formas de acautelamento e preservação. Posteriormente, foi acrescentada a chancela da paisagem cultural brasileira.

Entre os dispositivos legais que organizam a proteção do patrimônio cultural brasileiro, além da Constituição Federal de 1988, mencionamos o Decreto-Lei Nº. 25/1937 (com ênfase no tombamento); o Decreto Nº. 3551/2000 (com ênfase no registro da cultura imaterial) e a Portaria Nº. 127, de 30 de Abril de 2009 (com ênfase na paisagem cultural).

Em nível federal, o IPHAN é o órgão responsável em valorizar e proteger o patrimônio cultural brasileiro. Dentre suas ações estão a preservação dos monumentos e das cidades históricas, dos bens móveis e integrados, dos sítios arqueológicos, o registro e salvaguarda do patrimônio imaterial e a chancela das paisagens culturais brasileiras.

O registro cultural é o reconhecimento oficial de um determinado bem cultural de natureza imaterial como parte do patrimônio Cultural brasileiro. Mais do que a atribuição de um título, representa, principalmente, a produção e a divulgação de conhecimento sobre esse bem com a documentação de sua origem, trajetória e transformações; seus modos de produção; de quem são seus produtores; como se dá seu consumo ou modo de circulação na sociedade. Esse registro cultural é realizado em um dos quatro livros: 1) Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer, enraizados no cotidiano das comunidades; 2) Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; 3) Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; 4) Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

A chancela é uma espécie de selo de qualidade, um instrumento de reconhecimento de valor cultural de uma porção definida do território nacional, que possui características especiais na interação entre o homem e o meio ambiente. É regida por um pacto que envolve o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, resultando em uma gestão compartilhada que dá origem ao Plano de Gestão onde devem estar planejadas todas as ações voltadas à preservação dos valores que levaram o lugar a ser reconhecido como paisagem cultural brasileira. Em 2009, o IPHAN, regulamenta a possibilidade de reconhecer determinado lugar do Brasil como paisagem cultural brasileira, através da chancela.

Apesar do avanço nas políticas atuais de proteção ao patrimônio cultural, no Brasil, o instrumento do tombamento federal, ainda permanece regido pelas formulações do Decreto de 1937, sendo realizado, através de um longo processo inicial, distribuído em dez etapas: 1) o requerente encaminha a solicitação ao IPHAN ou ao Ministério da Cultura (MINC), expondo as razões da solicitação; 2) O MINC ou o IPHAN analisa a solicitação e avalia a necessidade de realização de estudos sobre o bem cultural (em caso positivo, solicita à Diretoria de

Patrimônio Material e Fiscalização – DEPAM - a abertura de processo que é feita no Arquivo Noronha Santos, no Rio de Janeiro; em caso negativo, o processo retorna ao requerente para ser realizada a instrução de modo que permita identificar plenamente o patrimônio cultural e, no mínimo preencher a etapa I do Sistema de Informações); 3) a avaliação técnica, através de processo inicial, emitido por técnico designado pelo IPHAN, seguido de novo parecer da Gerência de Tombamento, que o encaminha à presidência do IPHAN para repassar o processo à Procuradoria Jurídica; 4) o IPHAN expede notificação ao proprietário do bem, para que ele tome conhecimento do processo ou realize a impugnação; 5) o proprietário do bem tem 15 dias para anuir ou pedir a impugnação do processo; 6) caso o proprietário concorde com o tombamento, o IPHAN encaminha o processo ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, que mediante relator ou de um de seus membros se posiciona favorável ou não à proteção do bem; 7) o Conselho aprova o tombamento; 8) o Presidente do IPHAN encaminha o Processo para aprovação do Ministro da Cultura; 9) o Ministro da Cultura realiza a homologação que é publicada no Diário Oficial da União; 10) o processo retorna ao Presidente do IPHAN, que o encaminha ao Arquivo Noronha Santos, para inscrição do bem no respectivo livro de tomo que monitora o bem.

No âmbito do IPHAN são identificados diversos exemplos de inventário: Inventário dos Bens Arquitetônicos – IBA; Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados – INBMI; Inventário Nacional dos Sítios Urbanos – IMBI-SU; Inventário Nacional de Configurações Urbanas – INCEU; Inventário das Fachadas de Quadras – INFAC e o Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC. Atualmente, esses inventários têm assumido caráter e contorno de pesquisa científica, através do apuro de uma metodologia interdisciplinar de conhecimento dos bens culturais, que além de legitimar os valores culturais, oficialmente, possibilita sua divulgação ao grande público e credenciam os Municípios brasileiros a participarem dos programas de política pública de patrimônio como, por exemplo: o Programa de Recuperação do Patrimônio Cultural Urbano Brasileiro (MONUMENTA) e o Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas (PAC das Cidades Históricas). O primeiro, executado pelo Ministério da Cultura e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) investiu na requalificação urbana e no restauro de monumentos históricos de Olinda e do bairro do Recife. Neste último, o IPHAN desenvolve também um diagnóstico urbano detalhado com vistas a obter dados para uma ação mais intensiva de reabilitação urbana. Já o PAC das Cidades Históricas tem entre suas ações estratégicas a requalificação urbanística dos sítios históricos; investimento na infraestrutura urbana e social;

ampliação do financiamento para a recuperação de imóveis privados; recuperação de monumentos e imóveis públicos; fomento ao desenvolvimento das cadeias produtivas locais e promoção do patrimônio cultural. Esses programas ensejam, assim, ações intergovernamentais, articuladas com a sociedade, para preservar o patrimônio brasileiro, valorizar nossa cultura e promover o desenvolvimento econômico-social com sustentabilidade e qualidade de vida para os cidadãos.

Olinda, Igarassu e os conjuntos arquitetônicos e paisagísticos do bairro do Recife, do Pátio de São Pedro e dos Montes Guararapes, em Jaboatão são os núcleos urbanos tombados pelo IPHAN, em Pernambuco. O centro histórico da cidade de Goiana, que já possui uma série de bens tombados individualmente, também tem um conjunto urbano significativo que se encontra em processo de tombamento.

No Estado de Pernambuco, a política de patrimônio é coordenada pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE - que além de formular, implementar e executar a política pública de cultura do Estado de Pernambuco, de forma estruturadora e sistêmica, responde pela gestão das atividades relacionadas com a política de preservação, restauração, recuperação, conservação e valorização do patrimônio cultural, através de processos de registro e tombamento, incluindo o planejamento e execução de obras de manutenção e restauro.

Para a FUNDARPE (2009), o tombamento é o ato legal de reconhecimento do valor cultural de um bem, que o transforma em patrimônio oficial e institui regime jurídico especial de propriedade, levando-se em conta sua função social. É um ato administrativo, cuja competência no Brasil é atribuída pelo Decreto Nº 25/1937. Pode ocorrer em nível federal, estadual ou municipal, com o objetivo de preservar; por intermédio da aplicação dessa legislação específica, os bens de valor cultural, arquitetônico, ambiental e, também, de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados. O IPHAN possui quatro Livros de Tombo: 1) Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; 2) Livro de Tombo Histórico; 3) Livro de Tombo das Belas-Artes e 4) Livro de Tombo das Artes Aplicadas.

Pernambuco vem protegendo seus bens materiais e, recentemente, os bens imateriais, com base na Constituição Federal de 1988 e em legislação estadual específica, tais como: a Lei Nº.

7970-79 e o Decreto 6239-80 que instituem e regulamentam o tombamento dos bens, requerendo um longo processo com dez etapas: 1) o requerente encaminha solicitação à FUNDARPE; 2) a FUNDARPE analisa a solicitação e abre processo; 3) a FUNDARPE publica edital no Diário Oficial e em jornal local, notifica o proprietário, realiza exame técnico e emite parecer conclusivo. 4) a FUNDARPE encaminha o processo para o Conselho Estadual de Cultura; 5) o Conselho analisa e baixa a resolução; 6) a FUNDARPE toma conhecimento e encaminha para homologação do governador; 7) o Governador decreta o tombamento e publica no Diário Oficial; 8) a FUNDARPE encaminha ao Conselho para registro; 9) o Conselho Estadual de Cultura registra o tombamento no Livro de Tombo e o comunica ao IPHAN, ao Prefeito do Município e ao Cartório de Registro Geral de Imóveis; 10) o Conselho encaminha o processo à FUNDARPE para arquivamento e monitoramento do bem.

O Estado em questão possui 155 (cento e cinquenta e cinco) bens protegidos, estando 55 (cinquenta e cinco) tombados e 100 (cem) em processo de tombamento, dos quais a maioria se concentra na região metropolitana. Atualmente, conta com o Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura – FUNCULTURA -, cujo objetivo é incentivar as diversas formas de manifestação cultural do Estado, através do fomento à produção independente, disponibilizando três áreas de incentivo para a política de patrimônio, através de projetos de preservação do patrimônio edificado, pesquisa cultural (inventário) e ações de formação e capacitação em educação patrimonial.

Com a ampliação do conceito de patrimônio, através da inclusão dos aspectos culturais, das dimensões testemunhais e dos feitos intangíveis, conforme se buscou abordar no presente capítulo, é possível pensá-lo como documento do passado que se integra ao presente como objeto de investimento e desenvolvimento sustentável. Nesses termos, o conceito de patrimônio, ao incorporar a dinâmica da cultura e do ambiente construído, pressupõe a necessidade de se pensar, conjuntamente, o planejamento urbano das áreas históricas integradas ao planejamento urbano da cidade, procurando responder aos desafios atuais. Desse modo, tem nas políticas públicas e nos instrumentos de sua proteção, como o inventário, a possibilidade de ultrapassar a sua função original, constituindo-se em diagnóstico com capacidade de fornecer bases mais seguras para o planejamento urbano sustentável da cidade.

## CAPÍTULO 02 – EXPERIÊNCIAS EM INVENTÁRIOS E TOMBAMENTOS

Este capítulo se detém na abordagem de experiências relativas aos processos de inventário e tombamento, desenvolvidas e/ou em andamento em Pernambuco, considerados como estudos de referência no presente trabalho, enquanto podem subsidiá-lo, teórica e empiricamente, quais sejam: o inventário e tombamento estadual do núcleo urbano de Tracunhaém, o inventário e o Plano de Preservação dos Sítios Históricos do Interior de Pernambuco (PPSHI) e o inventário e tombamento do município de Goiana.

### 2.1 – PROCESSO DE INVENTÁRIO E TOMBAMENTO ESTADUAL DO NÚCLEO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE TRACUNHAÉM

O Município de Tracunhaém está localizado na Zona da Mata do Estado de PE e, como se vê na Figura 01, limita-se ao norte com Nazaré da Mata, ao sul com Paudalho, ao leste com Itaquitinga e Araçoiaba e ao oeste com Carpina. Segundo Teodoro Sampaio apud Costa (1983) o nome Tracunhaém provém de um vocabulário indígena - Tupi e quer dizer “panela de formiga”. Seu povoamento se deu com a exploração do pau-brasil e a cultura da cana-de-açúcar quando se instalaram na região diversos engenhos.



**FIGURA 01:** Localização do Município de Tracunhaém.  
**FONTE:** PROMATA, 2009.



Inicialmente, distrito do Município de Nazaré da Mata, criado pela Lei Municipal nº. 05, de 30 de novembro de 1892, Tracunhaém passa a Município, através da Lei Municipal nº. 4.951, de 20 de dezembro de 1963, desmembrando-se, portanto, do primeiro. O artesanato em barro, desenvolvido, progressivamente, graças à criatividade dos artesãos ganhou destaque na economia do município. Entretanto, observa-se, atualmente, que esse pólo de artes se encontra em declínio, enquanto poucos artesãos sobrevivem do ofício com qualidade de vida.

O processo de inventário e tombamento Estadual do Núcleo Histórico do Município de Tracunhaém teve início em 09.04.1980, através do exame técnico, realizado pelo arquiteto Fernando de Barros Borba, seguido da abertura do processo na Fundarpe, em 11.04.1980, sob o registro 1024/80, com publicação no Diário Oficial do Estado em 21.05.1980. O núcleo Histórico do Município aqui focalizado é apresentado na Figura 02.



**FIGURA 02:** Vista do Núcleo Histórico do Município de Tracunhaém.  
**FONTE:** Acervo do autor, 2010.

No exame técnico foram analisados os aspectos históricos, econômicos e dados da população da cidade. Foram descritas e inventariadas na Zona Central do núcleo histórico 600 (seiscentas) edificações, sendo identificados 17,42% bens patrimoniais com interesse arquitetônico de preservação. Desse índice foi reconhecido que 12,48% preservava as características originais de fachada e 4,94% apresentava modificações. Ademais, foi identificado que em 82,58% das edificações novas, 78,50% integra-se ao contexto ambiental e 4,08% estava, portanto, desvinculadas desse contexto. A análise foi complementada com um

levantamento fotográfico. Em consulta, nos arquivos da FUNDARPE, constatou-se no ofício DP 153/80 de 16.04.1980 do Presidente da FUNDARPE (Rubens Gondim Lóssio), pedido de apreciação da proposta de tombamento do núcleo histórico de Tracunhaém, encaminhado ao Secretário de Turismo, Cultura e Esportes do Estado (Dr. Francisco Austerliano Bandeira de Mello). Vale ainda ressaltar o ofício DP 212/80 de 20.05.1980, levando ao conhecimento do Prefeito de Tracunhaém (Sr. Pedro Gonçalves da Silva) o deferimento da proposta de tombamento, cujo parecer conclusivo foi assinado, em 28.12.1984 pela arquiteta Neide Fernandes Sousa, funcionária da Diretoria de Preservação do Patrimônio da FUNDARPE. Além disso, pode-se citar o zoneamento do núcleo histórico da sede do Município, oriunda da Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco – FIAM -, em novembro de 1981, ao declarar que tal núcleo é de interesse especial na preservação cultural do Município.

A referida legislação propôs o zoneamento da área urbana de Tracunhaém, assim descrito: ZPA 1 – Zona de Preservação Ambiental 1 (Sítio Histórico, formado pelo conjunto arquitetônico e paisagístico localizado na sede do município, subdividido em dois setores: a) SAM – Setor de Atividades Múltiplas e b) SR 1 – Setor Residencial 1 -, destacando-se o rígido controle, para preservação das características essenciais de cada imóvel, quanto à forma, ao gabarito, à escala e aos materiais de revestimento e vedação. O gabarito máximo foi definido em 5,50m e as cobertas, foram obrigatoriamente definidas em telhas canal; ZPA 2 – Zona de Preservação Ambiental 2, subdividida em três setores: a) SR 2 – Setor Residencial 2-, b) SR 3 – Setor Residencial 3 – e SIU – Setor de Interesse Urbano (com taxa de ocupação de 50%) e gabarito de até dois pavimentos com 8 metros de altura máxima. Ainda foram previstas mais quatro Zonas de proteção: a ZR 1 – Zona Residencial 1, ZR 2 – Zona Residencial 2, ZEE – Zona de Equipamentos Especiais e a ZI – Zona Industrial.

A instituição do zoneamento urbano tinha a finalidade de: ordenar e disciplinar o uso do solo; preservar áreas de interesse cultural; orientar, disciplinar e estimular o desenvolvimento urbano; ordenar o espaço urbano de forma a otimizar as condições de intercâmbio entre as diferentes atividades, abrigar o contingente futuro e assegurar a reserva de áreas verdes através da implantação de parques urbanos. Na área de Interesse Especial para Preservação Cultural, foram previstas penalidades em caso de infrações dos proprietários dos imóveis, como embargo da obra, interdição do prédio, embargo e demolição da obra realizada sem autorização, retirada de Letreiro, placa, painel, anúncio e multa.

Destaca-se, ainda, a existência do convênio FUNDARPE 012/91, processo 1954/91, que define como objetivo o compromisso da Prefeitura Municipal de Tracunhaém a notificar e apresentar à FUNDARPE qualquer obra de modificação, reforma e/construções que venham a ter lugar na área definida pelo polígono de proteção rigorosa ou ambiental do sítio histórico de Tracunhaém, durante a gestão do Prefeito Sebastião Barroso da Silva.

Contudo, até a presente data, o processo de tombamento não foi concluído. Levantamento feito pela Arquiteta Rosa Bomfim, em abril de 2005, identifica que o citado processo estava em 1986 no Conselho Estadual de Cultura com o Conselheiro Marcos Accioly. Em entrevista com a mesma, verificou-se que o processo estava perdido.

Do exposto, apreende-se que a não conclusão do processo de tombamento, após 30 anos, demonstra certa fragilidade das instâncias competentes do Estado de Pernambuco, na condução das etapas definidas para a preservação do núcleo histórico, considerado que o aumento da descaracterização da cidade é evidente.

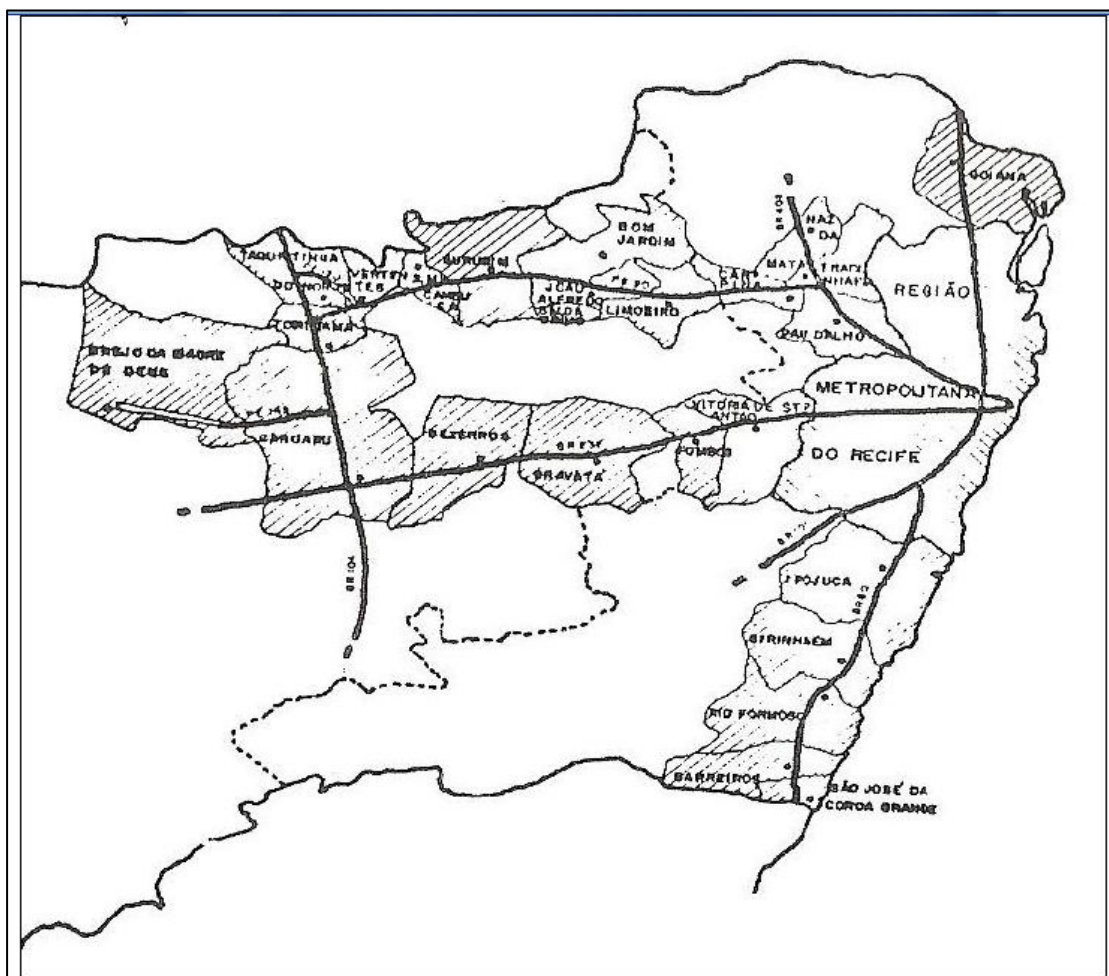
## 2.2 – INVENTÁRIO E PLANO DE PRESERVAÇÃO DOS SÍTIOS HISTÓRICOS DO INTERIOR DE PERNAMBUCO – PPSHI.

O Plano de Preservação dos Sítios Históricos do Interior de Pernambuco - PPSHI - teve por objetivo inventariar as expressões culturais do processo histórico de ocupação humana do interior do Estado, estabelecendo dispositivos técnicos e institucionais, que assegurem a preservação e o desenvolvimento socioeconômico. O PPSHI, de iniciativa da Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco – FIAM -, tinha como diretor, à época de sua elaboração, Aluísio de Souza Leão Sales Júnior. A equipe coordenadora do mesmo foi composta por representante do Departamento de Planejamento Municipal da FIAM, Vicente Gomes Calheiros - coordenador da 1ª parte -, Sylvia Tigre, pela consultoria do arquiteto Geraldo Gomes da Silva e do historiador Manuel Correia de Oliveira Andrade. Tal plano foi iniciado em 1979 e concluído em 1982.

Para referenciar os trabalhos, adotou-se um marco teórico baseado nos princípios da preservação, considerada no PPSHI como um complexo de atividades orientadas para salvaguarda e/ou recuperação de testemunhos do patrimônio histórico e cultural de uma região, sendo o patrimônio entendido como algo que caracteriza a cultura de um povo, num

determinado período da sua história e não, apenas, como monumento, respeitando-se os aspectos sócio-econômico e cultural.

A metodologia do PPSHI partiu da aplicação de dois roteiros de questões em 25 (vinte e cinco) Municípios, os quais visavam a incorporação de alguns sítios históricos ao roteiro turístico do Estado. O primeiro roteiro foi identificado como circuito de Fazenda Nova, abrangendo os Municípios de: Vitória de Santo Antão, Pombos, Gravatá, Bezerros, Caruaru, Brejo da Madre de Deus, Taquaritinga do Norte, Toritama, Vertentes, Santa Maria do Cambucá, Surubim, Salgadinho, João Alfredo, Bom Jardim, Limoeiro, Carpina, Nazaré da Mata, Tracunhaém e Paudalho. O segundo roteiro foi identificado como circuito do litoral, abrangendo os municípios de Goiana, Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso, Barreiros e São José da Coroa Grande. A Figura 03 ilustra as cidades inventariadas.



**FIGURA 03:** Localização das Cidades Inventariadas no PPSHI  
**FONTE:** PPSHI, 1982.

O PPSHI previa três etapas de execução. A primeira, realização do inventário, através da identificação, seleção, classificação e delimitação preliminar dos sítios. A segunda etapa, a instrumentalização técnica e legal, através da delimitação precisa, das zonas de preservação, da normatização dos usos alternativos do solo nas referidas zonas, da definição dos critérios de prioridade para os projetos específicos e tombamento, a nível estadual de todos os sítios. Na terceira etapa estava previsto o projetamento, a implementação do PPSHI e elaboração dos projetos de revitalização dos sítios históricos.

Na primeira etapa, para realização do inventário, a pesquisa histórica tomou por base informações documental e observações in loco, seguida da pesquisa de campo, através de viagens de reconhecimento, cadastramento, por meio de fichas de levantamento cadastral, contendo desde a situação do imóvel no lote até o seu grau de descaracterização. O levantamento de Campo contou com o registro fotográfico em preto e branco e o levantamento arquitetônico com a elaboração de croquis, plantas baixas e elevações. A classificação efetivou-se através de exame detalhado da documentação fotográfica juntamente com a análise comparativa dos sítios inventariados, classificando-os em cinco categorias: a) núcleos históricos; b) conjuntos urbanos; c) edificações isoladas; d) sedes de engenhos e e) sítios históricos naturais.

Foram classificados como: a) núcleos históricos, as sedes dos Municípios que merecem ser preservados, quase que integralmente, a saber: Brejo da Madre de Deus, Goiana, Paudalho e Rio Formoso. b) como conjuntos urbanos, os trechos das cidades, que se conservam preservados ou com pequenas descaracterizações: Bom Jardim e Gravatá. c) como edifícios isolados, caracterizados como exemplares da arquitetura civil, militar ou religiosa, de valor histórico e cultural, isolados no espaço físico que ocupam ou localizados num entorno comprometido, estão situados três imóveis em Barreiros, dois em Bezerros, um em Carpina, quatro em Goiana, três em Ipojuca, três em Limoeiro, dois em Nazaré da Mata, três em Paudalho, um em Pombos, um em Rio Formoso, cinco em Sirinhaém, um em Surubim, um em Tracunhaém e três em Vitória de Santo Antão. d) como sedes de engenhos, remanescentes rurais de um ciclo econômico na Zona da Mata e do Agreste de Pernambuco, destacam-se: quatro engenhos em Barreiros, cinco em Bom Jardim, dois em Carpina, três em Goiana, dois em Ipojuca, dois em Limoeiro, seis em Nazaré da Mata, três em Paudalho, um em Pombos, quatro em Rio Formoso, um em São José da Coroa Grande, quatro em Sirinhaém e seis em

Tracunhaém. Como sítios históricos naturais foram selecionados: Goiana, Pombos e Vitória de Santo Antão.

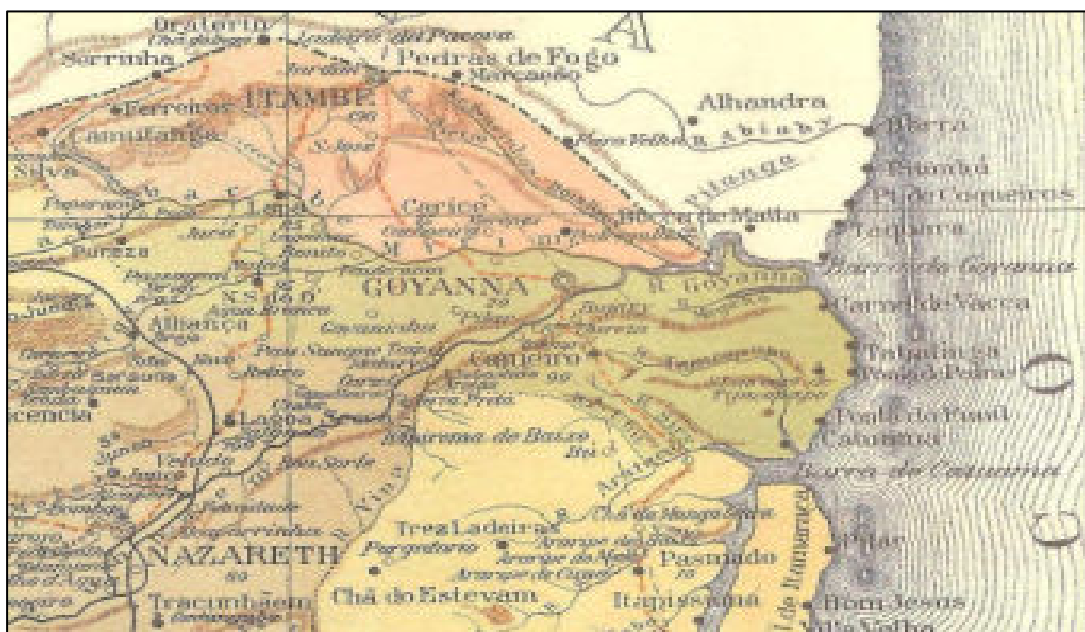
Ainda na 1ª etapa, a seleção dos sítios históricos pautou-se em critérios de representatividade, considerando o valor intrínseco do sítio, sua integridade, o aspecto físico das edificações isoladas ou em conjunto e a antiguidade, bem como os diversos períodos históricos. O mapeamento foi realizado através da elaboração de plantas com indicação do número de pavimentos, da época da construção, dos usos, do grau de caracterização (preservada, modificada, descaracterizada). Já a análise e delimitação dos sítios históricos deram-se através da elaboração de uma ficha com informações sobre os aspectos da evolução histórica do sítio, do acesso e da localização, da situação e ambiência, constando um relato sucinto do ambiente físico, do entorno e de todo o conjunto, bem como uma descrição em forma de diagnóstico físico da edificação com as características, uso, estado de conservação, indicação ou não do respaldo legal de proteção.

Na segunda etapa, as proposições foram elencadas num conjunto de medidas referentes ao perímetro de preservação, proteção legal, utilização e restauração, entre outras. Tais proposições básicas do PPSHI foram subdivididas em: 1)gerais; 2)específicas e 3)de intervenção governamental imediata. As proposições gerais indicam ações globais, através do estabelecimento das pré-condições e à efetivação propriamente dita, da preservação dos sítios e monumentos de valor histórico e cultural. As proposições específicas consistem em recomendações referentes a cada um dos sítios e monumentos selecionados, apontando as responsabilidades imediatas que competem ao setor público empreender e a busca de instrumentos de sensibilização e participação da comunidade, tendo em vista que nas conclusões deste estudo, a principal causa da descaracterização foi atribuída ao desconhecimento acerca dos valores culturais do patrimônio. As ações para suprir tal lacuna fundamentam-se na conscientização da população como um todo e, em particular, dos estudantes através de campanhas veiculadas nos meios de comunicação e da elaboração de duas cartilhas de educação patrimonial, para o ensino fundamental e médio. As proposições de intervenção governamental imediata, referem-se às medidas que cada sítio, selecionado, deve empreender através do setor público, como pré-requisito para qualquer ulterior atividade de preservação.

Podemos avaliar o PPSHI como um documento que, além de divulgar os sítios históricos do interior pernambucano, contribuiu efetivamente para a consolidação da consciência histórica e preservação do patrimônio cultural de Pernambuco, de forma pioneira. No entanto, sua execução limitou-se às duas primeiras etapas do plano, que se referem ao inventário e à instrumentalização técnica e legal das zonas de proteção. A etapa de projeto com a elaboração dos projetos de revitalização dos sítios não foi concluída, causando descrédito na população envolvida, inviabilizando o êxito do plano. Ficando, apenas, na declaração de intenções, sem a participação efetiva da comunidade, sem realizar o tombamento dos conjuntos urbanos, sem articular a captação de recursos e garantia de linhas de crédito para execução de projetos de restauração e revitalização suscitou o aumento do grau de descaracterização dos núcleos urbanos inventariados.

### 2.3 PROCESSO DE INVENTÁRIO E TOMBAMENTO FEDERAL DO MUNICÍPIO DE GOIANA

O município de Goiana encontra-se localizado na mesorregião da Mata Norte do Estado de Pernambuco, em área bastante plana, com 494,20 Km<sup>2</sup> de extensão, próximo ao limite entre os Estado de Pernambuco e da Paraíba. Distante 60 km de Recife e 56 km de João Pessoa, seu principal acesso se dá pela BR 101 e da PE 65. A Figura 04 ilustra a localização do referido município.



**FIGURA 04:** Localização do Município de Goiana - PE.  
**FONTE:** Sebastião Galvão, 2006.

Segundo Barreto (2007), as principais atividades econômicas do município de Goiana são: o comércio, a agropecuária e as indústrias de transformação. Possui grande acervo de recursos naturais onde se situam as praias de Ponta de Pedra, Catuama e Carne de Vaca, dentre outras, e áreas de manguezais. O núcleo histórico do Município de Goiana é bastante extenso e abrange uma área de aproximadamente 90.000m<sup>2</sup>, onde estão localizados oito monumentos religiosos, tombados pelo IPHAN. Essa área corresponde à porção mais antiga da cidade, surgida em fins do Século XVII, através de um caminho de passagem até seu antigo porto, às margens do Rio Goiana.

O Processo de inventário e Tombamento Federal do município de Goiana foi aberto no ano de 2001, através do processo nº. 1483-T-01, advindo da efetivação do mesmo foram percorridas diversas etapas. A primeira consiste na pesquisa histórica, através da caracterização do núcleo histórico da cidade, da evolução urbana com enfoque no estado de conservação dos seus imóveis e grau de descaracterização, identificada através da leitura de sua morfologia, tipologia e acontecimentos históricos mais significativos. A segunda etapa consiste na fundamentação teórica, a partir da abordagem conceitual de patrimônio e de núcleo histórico, e das recomendações internacionais em torno de patrimônio, e de gestão da conservação integrada, bem como de experiências que obtiveram êxito neste campo.

A terceira etapa corresponde a uma exposição sobre a atual situação da conservação do patrimônio cultural e ambiental do núcleo histórico de Goiana, bem como das características da gestão municipal para a conservação, identificando-se suas atribuições e deficiências. Apresenta também a proposta de diretrizes orientadoras do plano de gestão, voltadas à conservação do núcleo histórico da cidade, na perspectiva de ordenar e efetivar ações de salvaguarda, sob a ótica da sustentabilidade. A quarta etapa trata da análise da legislação urbanística federal, estadual e municipal, destacando-se o PPSHI, o Plano Diretor de Goiana, o Código de Obras de Goiana, o Plano do Circuito Turístico e o Plano de Investimento Municipal – PIM /PROMATA.

A quinta etapa refere-se à aplicação de métodos para análise e apreensão espacial, sendo utilizadas: a análise morfológica, o inventário de configuração de espaços urbanos – INCEU e o fichamento dos imóveis em áreas históricas. O Fichamento dos Imóveis consiste na identificação numérica de todas as quadras da área urbana em estudo, considerando o contorno da poligonal. Seguida da numeração de todos os lotes, além do registro fotográfico



de cada imóvel. De posse desses dados, há registro em fichas que contêm as seguintes informações: número do cadastro do imóvel; endereço; uso atual; gabarito; existência ou não de recuos; tamanho do lote; tipo de cobertura; dados sobre a fachada; planta de situação; fotografia do imóvel. É utilizado pelo IPHAN, tomando por base os métodos adaptados por Silva (2007) e Leal (2008). De posse das fichas se procede a sistematização das informações obtidas em campo e nas pesquisas documentais são lançadas na base cartográfica e sintetizadas através de esquemas gráficos que resultam em mapas temáticos: 1) Mapa Referências Iconográficas: monumentos religiosos, caminhos históricos, ruas antigas, traçado original, citações de historiadores, cada item identificado com uma cor diferente; 2) Mapa Densidade Construtiva: área construída, área livre, área livre pública, monumento religioso; 3) Mapa taxa de área construída: 0-30%, 30-50%, 50-70%, 70-100%; 4) Mapa Bens Imateriais: Feira, Clubes, Percursos das Procissões, percurso do desfile do carnaval, entre outros; 5) Mapa de Imóveis Relevantes: Monumentos, monumentos tombados, inventariados pelo PPSHI, protegidos pelo Plano Diretor, citados por historiadores em obras de referência; 6) Mapa Gabarito: térreo, 02 pavimentos, 03 pavimentos, 04 pavimentos, monumento religioso; 6) Mapa Material de Coberta: telha canal, telha cimento/amianto, outros; 7) Mapa Usos: Residencial, comercial, institucional, adequado, inadequado, desocupado, outros; 8) Mapa Situação do entorno e paisagem: integrada, parcialmente comprometida, totalmente comprometida, outra; 9) Mapa Configuração Urbana: quadras, praças, sistema viário, monumento religioso, polígono de estudo; 10) Mapa grau de preservação: preservado, modificado, descaracterizado, novo.

No processo de Goiana, é acrescentada ao método anterior, a leitura da unidade da paisagem. Estudos do IPHAN (2005) expressam que toda ocupação humana em dado território passa a constituir uma paisagem cultural. Toda cidade se constrói a partir da interação do homem com o meio ambiente e este se apropria do território e o transforma, de acordo com suas necessidades, imprimindo a marca de sua cultura. Ainda destaca que a cada geração há o acréscimo de marcas da paisagem e mesmo com as contínuas modificações, não perdem por completo os elementos de sua morfologia primitiva. O referido estudo ainda afirma que as estruturas urbanas são documentos históricos, em contínua construção, nos quais se encontram traços de diferentes épocas, e estes se misturam e se relacionam com o presente. Assim, recomenda que nenhuma paisagem cultural deva ser lida considerando-se apenas a morfologia, pois a riqueza de informações está no caráter simbólico do panorama, sendo a forma nada mais que a materialização do simbolismo.

Para compreender a carga cultural presente no urbano, o IPHAN (2005), propõe, além da leitura visual da paisagem, a leitura dos aspectos históricos e simbólicos, priorizando a dimensão cultural da malha urbana. Sendo esta, expressa como uma tarefa difícil, uma vez que adentra no campo abstrato do simbolismo, porém apresenta como elementos facilitadores, o conhecimento aprofundado do contexto histórico local e o levantamento minucioso da atual configuração sociocultural e territorial da cidade.

Para Correa (2007) a análise do urbano através da dimensão cultural, amplia a compreensão da sociedade em termos econômicos, sociais, políticos, tornando-se inteligíveis as espacialidades e temporalidades expressas na cidade, na rede urbana e no processo de urbanização.

Esse conjunto de informações proposto pelo IPHAN (2005) facilita o entendimento das unidades de paisagem, que são definidas através dos critérios: do parcelamento e ocupação do solo; dos usos; do gabarito; das tipologias das edificações; da urbanidade e da escala dos conjuntos arquitetônicos, gerando mapas temáticos que facilitam a leitura simbólico-cultural do espaço urbano.

.O quadro 01 – esboça uma análise comparativa dos estudos referenciais, tendo em vista, melhor compreensão de cada experiência, salientando as especificidades de cada item analisado, os atores envolvidos no processo de inventariação e tombamento, o período, a escala de abrangência, a quantidade de edificações ou sítios inventariados, as etapas do processo, o marco teórico tomado como referência e os métodos utilizados.

Quanto aos atores envolvidos no processo de inventário e tombamento dos casos estudados, observa-se que a experiência de Tracunhaém e o PPSHI basearam-se em órgãos governamentais de planejamento e consultorias, enquanto que Goiana acrescenta a esses, a participação da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE através do Centro de Conservação Integrada – CECI. Nas três experiências percebe-se a sensibilização da comunidade através da educação patrimonial.

**QUADRO 01:** Análise comparativa das experiências em inventário e Tombamento

<b>ITENS ANALISADOS</b>	<b>TRACUNHAÉM</b>	<b>PPSHI</b>	<b>GOIANA</b>
<b>ATORES</b>	- Prefeitura de Tracunhaem - Governo PE - SEDUC - FUNDARPE - Conselho Estadual De Cultura	- Prefeituras - Governo PE - SEPLANDES - FIAM - SUDENE - Consultorias - Comunidade	- Prefeitura de Goiana - UFPE/CECI - IPHAN - Comunidade
<b>PERÍODO</b>	1980 a 2010	1979 a 1982	2001 a 2010
<b>SITUAÇÃO</b>	Inconcluso	Inconcluso	Em andamento
<b>ESCALA</b>	Estadual	Estadual	Federal
<b>QUANTIDADE INVENTARIADA</b>	600 edificações	86 sítios históricos	49 quadras 2.400 edificações
<b>ETAPAS DO PROCESSO</b>	1.Exame técnico. 2.Pesquisa Histórica e contextualização do Município 3. Fichamento 4. Levantamento fotográfico 5. Legislação de proteção, Zoneamento e penalidades para infrações	1. Inventário – (Identificação, seleção, classificação e delimitação preliminar dos sítios). 2. Instrumentalização (delimitação das zonas de preservação, normatização dos usos). 3. Projeto (elaboração dos projetos de revitalização). 4. Proposições gerais específicas	1. Pesquisa Histórica e Cultural 2. Fundamentos teóricos e Estudos referenciais 3. situação atual de conservação 4. Diretrizes p/ PGC 5. análise da legislação 6. Polígono de proteção
<b>MARCO TEÓRICO</b>	Preservação do sítio histórico	Preservação do sítio histórico	Conservação Urbana
<b>MÉTODOS</b>	Análise Morfológica Fichamento das edificações	Análise Morfológica Fichamento das edificações	Análise Morfológica Fichamento das edificações Unidade da paisagem INCEU

**Fonte:** Autor da Pesquisa, 2010.

No que tange ao período de execução é possível identificar que o mesmo se dá a médio e longo prazo. No caso de Tracunhaém o processo foi iniciado há 30(trinta) anos e Goiana há 10(dez) anos. A situação atual dos processos de Tracunhaém e do PPSHI é que, ainda, não foram concluídos, enquanto o de Goiana encontra-se em fase de conclusão. Quanto a escala do tombamento Tracunhaém e o PPSHI planejaram tal tombamento em nível estadual, enquanto Goiana em nível federal.

Ressalte-se que nas três experiências há pontos semelhantes na utilização do instrumento de inventário, através de pesquisa histórica, levantamento fotográfico, contextualização do município, identificação, seleção, classificação e delimitação dos sítios. Vale citar que Tracunhaém e o PPSHI focaram na preservação do sítio histórico, enquanto Goiana é ancorada nos princípios de conservação urbana integrada. Também é comum o estabelecimento do polígono de proteção, análise da legislação existente e proposição de Legislação específica.

Em se tratando das proposições manifestas em planos de revitalização do sítio histórico ou conservação urbana, Tracunhaém e o PPSHI não executaram esta fase, enquanto que em Goiana vem sendo elaborado. Em termos de metodologia, é comum nas três experiências a utilização do método da análise morfológica, e o fichamento das edificações. Na experiência de Goiana agregam-se estudos da Unidade da paisagem e a metodologia de inventário de configurações de espaços urbanos – INCEU, utilizada pelo IPHAN.

## CAPÍTULO 03 – CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PAUDALHO

Este capítulo trata da caracterização do Município de Paudalho, a qual diz respeito, à origem histórica e, a seguir, aos contextos urbano, paisagístico e arquitetônico do Município em tela.

### 3.1 – ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO MUNICÍPIO DE PAUDALHO

A denominação de Paudalho, segundo a tradição local, vem de árvores existentes à margem do Rio Capibaribe, chamadas, assim, por suas folhas exalarem cheiro igual ao do alho. Não há um consenso quanto à origem dessas árvores. Todavia, um artigo do engenheiro agrônomo Osvaldo Souza, publicado no Diário de Pernambuco em 18.08.1986, esclarece que as mesmas são remanescentes das florestas do cerrado e tem o nome de “Gallezia Gorazema”, pertencendo à família das fitolacáceas, indicada para tratamento medicinal.



**FIGURA 05** – Antiga Árvore do Pau d’alho  
**FONTE:** Acervo do Autor, início do Séc. XX.

Os primeiros registros datam do séc. XVI. Segundo Pereira da Costa (1983, v.7 il. p.55) as terras de Paudalho começaram a ser exploradas com o corte do pau-brasil das suas florestas, implantando lavouras de subsistência. Os toros eram trazidos até a freguesia da Várzea, donde, seguiam em balsas, até o porto. O referido autor, ainda, faz referência à fundação de um aldeamento, pelos frades Franciscanos, em 1591, chamado de Meretibe, que segundo

Teodoro Sampaio (apud Costa, 1983), é uma modalidade de piritiba, derivada de mbiri-tyba, do tupi, e significa juncal, lugar onde crescem e abundam juncos, que na língua de D. Antonio Filipe Camarão se diz mbiri ou piri. De acordo, ainda com o escrito por Costa (1983, v.2, p. 27):

O referido aldeamento foi erigido pelo Frei Melchior de Santa Catarina, custódio dos franciscanos, sob a invocação de São Miguel, dirigido pelos franciscanos até 1619, passando à jurisdição do Bispo Diocesano, depois jesuítas e por fim confiado aos carmelitas.

Costa (1983) esclarece também que miritiba era um oiteiro, ficando assim a aldeia situada na esplanada de uma colina entre os extremos de Goiana e Igarassu, cujos habitantes mantinham boas relações com os brancos que penetravam pelo vale do Capibaribe. Ainda hoje aparece com o nome de “miritiba” ou “meretibe”, próximo à comunidade de Chã do Conselho conforme figura 05. Ainda destaca, conforme relato do Padre Simão de Vasconcelos (apud Costa, 1983) e escritos de Adriano Verdonk (apud Costa, 1983) que o chefe da aldeia de meretibe, Antonio Poti – Filipe Camarão -, nasceu em 1601, e que após combater os holandeses na defesa da Capitania, foi considerado legendário índio pernambucano chamado de D. Antonio Filipe Camarão, o “potiguassu”, ou o “grande camarão. Os feitos heróicos de Poti, também são confirmados por Galvão (2006), descrevendo-o como indígena paudalhense, criado na taba dos potiguaras, com brilho imorredouro, pela participação nas Batalhas das Tabocas e dos Guararapes.

Também de acordo com Costa (1983, v.2, p.26), a localização geográfica de meretibe, onde viria a ser levantado o Engenho Aldeia, é assinalada nos mapas do historiador holandês G. Barleus (1647), quando este cita em seus mapas a estrada ibarema, de Paudalho para Goiana. Com o abandono do aldeamento, durante a dominação holandesa, precisamente, foi levantado



o Engenho Aldeia, fundado por Bartolomeu de Holanda Cavalcanti, neto do fidalgo alemão Arnau de Holanda (COSTA, 1983, v.2, p.27).



**FIGURA 06:** Sítio Arqueológico Miritiba.  
**FONTE:** Acervo do Autor, 2009.

Assim, a localidade de Paudalho ingressa no ciclo do açúcar, sendo fundamental para o seu desenvolvimento o plantio da cana-de-açúcar nos engenhos, sendo o primeiro que a história registra, o de Mussurepe com a invocação de São Gonçalo conforme figura 06. Ao que consta, foi levantado por João Lourenço Franco, com existência anterior a 1630, pertencendo ao Mosteiro de São Bento de Olinda, cuja posse manteve até o ano de 1908, quando o vendeu ao Dr. Herculano Bandeira de Melo. Sucessivamente diversos engenhos produtores de açúcar mascavo, conhecidos como banguês, foram levantados, conforme Galvão (2006, apud Araújo 1990).



**FIGURA 07:** Casa Grande - Engenho Mussurepe.  
**FONTE:** Acervo do Autor, 2009.

Costa (1983) descreve que em 1711, é levantado o engenho Paudalho, situado à margem esquerda do Capibaribe, com uma capela sob a invocação de Santa Teresa D'Ávila, fundado pelo colono português Joaquim Domingues Teles, (Figura 07). Segundo Melo (1918) são registrados em 1875, quarenta e três engenhos e sessenta e dois em 1907. Com o surgimento das usinas, Tiúma (1887) terra de São Lourenço, Desterro (1907), Petribú e Mussurepe (1911) e Condado (1918), e a conseqüente mudança na natureza econômica a maioria dos engenhos transformaram-se em empresas fornecedoras de cana para as usinas.



**FIGURA 08** – Capela de Santa Teresa – antigo Engenho Paudalho  
**FONTE:** Acervo do Autor, 2009.

Segundo a tradição local, do extinto engenho Paudalho, surge a povoação da localidade, na segunda metade do séc. XVII (1680), conforme aborda Galvão (2006). O núcleo urbano, objeto desse estudo, conforme Melo (1918) surge entre o entorno da Igreja Matriz à Igreja do Rosário. E daí, desenvolvendo-se para o leste, o sul e o oeste.

Contudo, observando-se escritos que versam sobre a origem da localidade, verifica-se a criação da Freguesia de Paudalho, em 1789, transformada em Curato em 1799 e em 1804, elevada à Paróquia do Paudalho. Pelo Alvará de 27 de Julho de 1811, é constituído em município. A Lei Provincial N°. 1318, sancionada em 04 de Fevereiro de 1879, fez jus ao seu desenvolvimento, dando-lhe predicamento de Cidade. Seguindo a tradição pernambucana nas lutas libertárias, os paudalhenses participaram de diversos movimentos, destacando-se nas contribuições à expulsão dos holandeses (1645), à Revolução de 1817 e de 1821, à Revolução

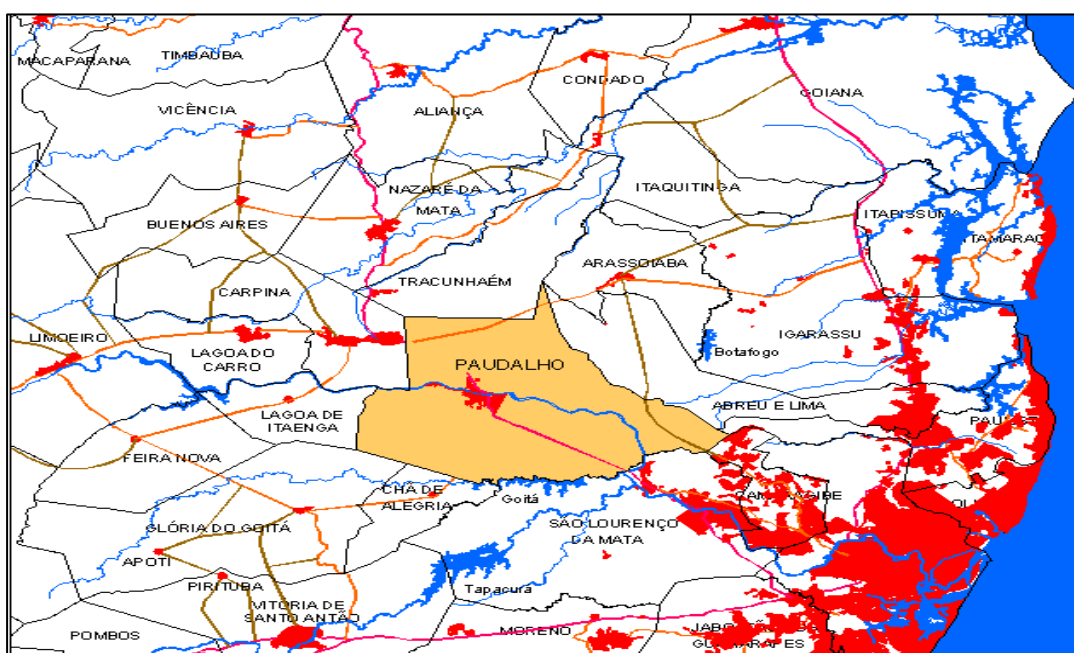


Praieira (1848) e a Guerra dos Maribondos (1852), que eclodiu em Paudalho, conforme Melo (1918).

### 3.2 – CONTEXTO URBANÍSTICO, PAISAGÍSTICO E ARQUITETÔNICO DO MUNICÍPIO DE PAUDALHO

Paudalho, Reconhecido, respectivamente, em 1811 e em 1879, como Município e Cidade, segundo legislação citada no item anterior, de acordo com dados da sua Prefeitura - PMP (2002) -, situa-se na mesorregião da Mata Pernambucana e na microrregião da Mata Setentrional. Na divisão territorial adotada pela FIDEM (que identifica regiões de desenvolvimento no Estado de Pernambuco) localiza-se na Região de Desenvolvimento da Mata Norte, desempenhando funções de centro sub-regional, com um posicionamento estratégico em relação à Região Metropolitana do Recife.

Com uma superfície de 270,3 Km<sup>2</sup> encontra-se a uma distância de 42,0 km de Recife, desfrutando de localização privilegiada em relação à Região Metropolitana dessa Capital, sobretudo se considerada a duplicação de trecho da BR 408 pelo atual Governo do Estado de Pernambuco. Conforme se observa na figura 09, seus limites geográficos são: ao norte Tracunhaém; ao sul São Lourenço da Mata, Chã de Alegria, Glória do Goitá e Camaragibe; ao leste Paulista e Abreu e Lima e ao oeste Lagoa de Itaenga e Carpina, conforme Figura 09.



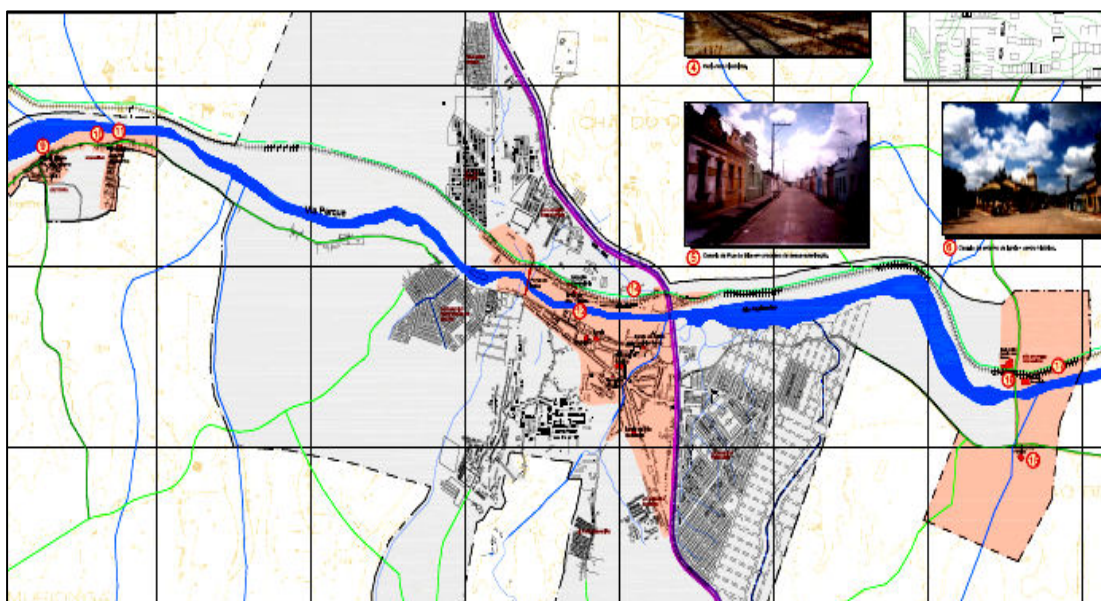
**FIGURA 09:** Limites geográficos do Município de Paudalho

**FONTE:** Prefeitura Municipal do Paudalho, 2002.

De acordo com, o Plano Diretor do Município do Paudalho, instituído pela Lei Municipal nº. 574/2006, o território de tal Município é dividido em Zona Urbana e Zona Rural (art. 5º) e subdividido em 7 (sete) Zonas das quais abrangem setores específicos (art. 9º), situando dentre elas a Zona de Proteção ambiental (ZPA), Zona de Interesse Histórico e Cultural (ZIHC) e Zona de Consolidação Urbana (ZCU).

Como estabelecido, também, no art. 9º da Lei mencionada, a ZPA, “compreende as áreas destinadas à preservação e à conservação do meio ambiente”, constituindo-se em: Área de Proteção Permanente (APP), Setor de proteção Ambiental (SPA) e Setor Especial do Parque Capibaribe (SEPC); a ZIHC, “compreende os núcleos de origem dos assentamentos, as localidades e conjuntos edificados que servem de referência histórica e compõem a identidade cultural do Município”.

O art. 16 da legislação referida trata do parcelamento do solo, indicando que na ausência de legislação municipal, pertinente, ele será regido pela legislação Federal e Estadual. Já o art. 39º esboça que o Município aplicará os instrumentos de política urbana do Estatuto da Cidade. Os artigos 50 e 51 determinam prazos para delimitação precisa do perímetro urbano, bem como elaboração da Lei de Uso e Ocupação do Solo e do Código de Obras e Edificações. No entanto, já transcorreram cinco anos e ainda não foram elaborados. O controle ambiental é regido pelo Código Florestal Brasileiro e pela Lei Estadual 11.206/1995.



**FIGURA 10:** ZIHC

**FONTE:** Plano Diretor do Município do Paudalho, 2006

A gestão do patrimônio cultural é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes, Eventos e Lazer. Contudo, não há uma política voltada para o assunto nem, tão pouco, quadro de funcionários, habilitado para a área. O Município não dispõe de legislação específica de preservação que venha a preservar os bens culturais da ZICH, nem de estrutura capaz de fomentar, patrocinar o planejamento urbano, o desenvolvimento econômico e o turismo, com viés mais profissional, visão clara de mercado e suporte legal para uso e ocupação do solo, regulamentando obras, instalações e posturas públicas.

Vários projetos foram elaborados, sob a orientação do Plano Estratégico Municipal (PEM) e do Projeto do Circuito Turístico-Religioso (PCTR), na gestão municipal 2001-2008, tendo por objetivo adequar a realidade local aos esperados impulsos em prol do turismo como fator de desenvolvimento econômico. Nesse arcabouço cultural encontram-se projetos relacionados com a preparação da cidade para melhorias estruturais e de conforto urbano, tais como: Projeto Interpretativo do Conjunto Ferroviário com conexão com o Engenho Ramos; Projeto de pavimentação do acesso ao Sítio Histórico Desterro/Rosarinho; Projeto de Restauração da Ponte do Itaíba; Projeto de Desapropriação do Engenho Ramos; transferência da feira livre para o pátio construído para essa finalidade, localizado na Av. Miguel Arraes.

Vale mencionar que a crise de ordem econômica, a exemplo da redução dos repasses do Fundo Participativo dos Municípios (FPM), vem dificultando a efetivação de investimentos de contrapartida municipal, estando atualmente, todos os projetos no aguardo da liberação de recursos.

Com base nos estudos realizados para elaboração do Plano Diretor do Município de Paudalho – PDMP (2002) -, sua atividade econômica predominante é a agricultura, ao lado de condições que dizem respeito a solo e clima. Investimentos do Governo Federal, atualmente, têm refletido na produção agrícola, fato verificado no surgimento de 1.000 (um mil) pequenos agricultores. Conta com boa infraestrutura de energia, telecomunicações e estradas - as rodovias BR 408 e PE 05. O Comércio é pequeno e pouco diversificado. O Mercado Público (antigo mercado de farinha), que antes era composto por boxes de gêneros alimentícios, artesanato e produtos de umbanda, atualmente é ocupado em sua maioria, por boxes de confecções oriundas de Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru. Observa-se a tendência do município de ser “cidade dormitório”, face à proximidade com a Região Metropolitana e a capital.

A idéia do Município como cidade turística e local agradável para moradia em Privês e Condomínios apresentam-se como alternativa para o aquecimento da economia local. De fato, a Romaria a São Severino do Engenho Ramos, contam com a presença, em média, de 300(trezentos) ou 400(quatrocentos) ônibus nos finais de semana, sendo necessário criar uma conexão com o município através de um circuito turístico e a implantação de equipamentos turísticos de recepção, hospedagem, transporte, diversão e compras, conforme plano de turismo religioso, elaborado pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Paudalho, em 2002. Constata-se que, de modo geral a realidade das Romarias é um fenômeno crescente em número e importância, dada a sua natureza religiosa associada a quantidade de milhares de romeiros que procuram o local sagrado, conforme Figura 11.



**FIGURA 11:** Romaria – S. Severino do Ramos  
**FONTE:** Secretaria de Cultura, 2008.

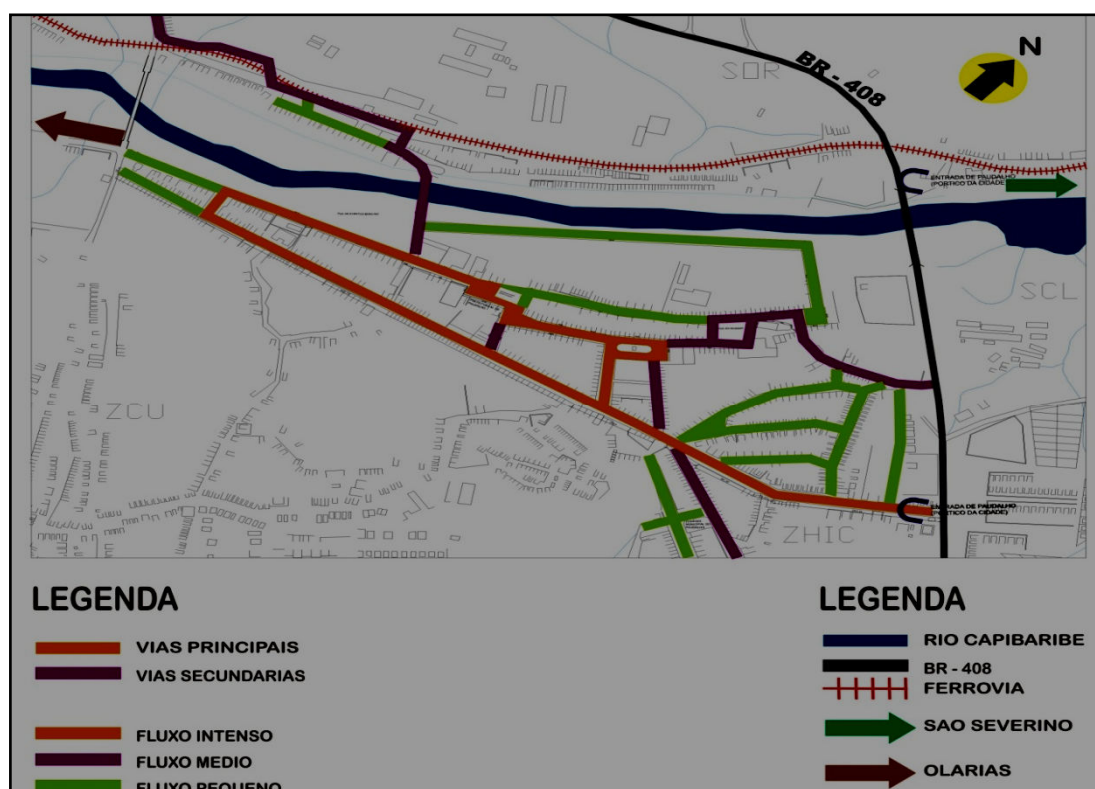
No entanto, as vantagens mencionadas não têm impedido a mesorregião, na qual se localiza o município, de apresentar indicadores sociais preocupantes, como desnutrição, desemprego, pouca segurança pública, além da vulnerabilidade social, revelada nas precárias condições de moradia e saneamento, o que contribui para a instalação de endemias e outras doenças. O desmatamento, a poluição dos recursos hídricos, a poluição do ar e o empobrecimento dos solos, complicam mais ainda esse quadro.

No que concerne à dinâmica populacional nos estudos para elaboração do Plano Diretor (2002), que Paudalho contava em 2000, segundo dados do IBGE, com 45.138 habitantes, sendo 76% na área urbana e 24% na zona rural. A superioridade da população na cidade, a exemplo do que ocorre em outros centros urbanos da Zona da Mata, é provável produto do



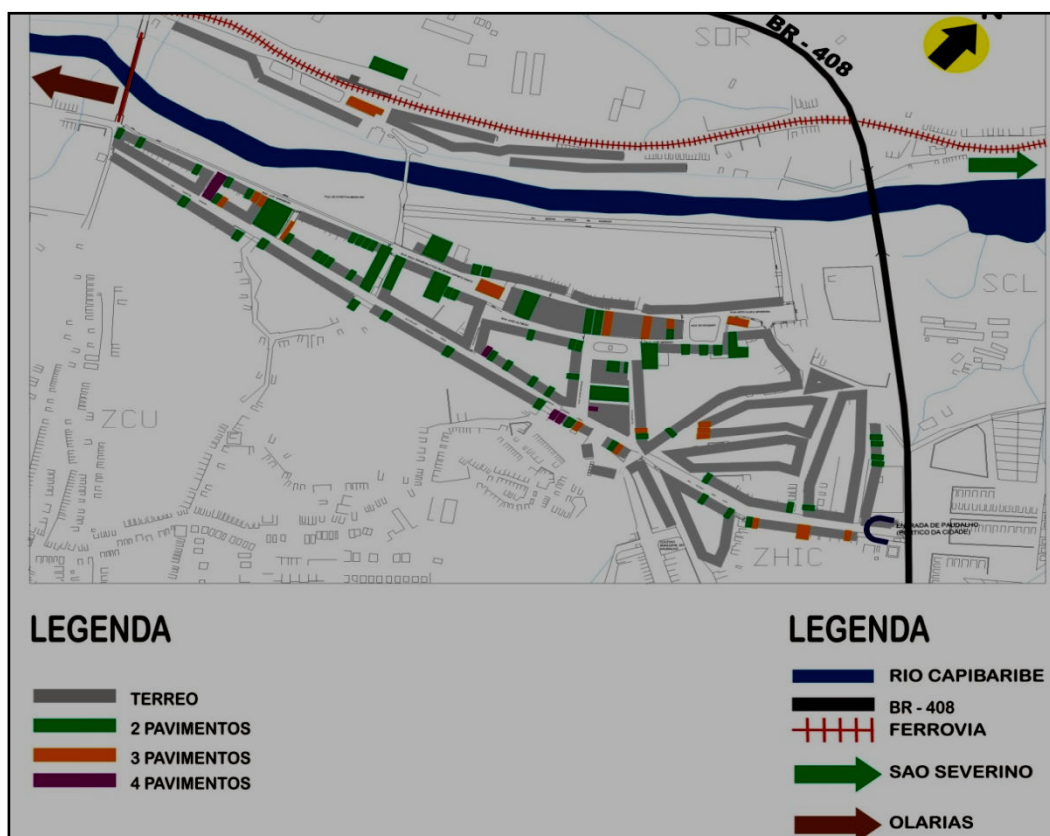
êxodo rural, tendo em vista que sem condições de trabalho no campo, o homem se vê obrigado a migrar em busca de melhores condições de vida. Seu equipamento urbano cresceu não em função de um planejamento urbano prévio, mas de forma desordenada, o que o leva a apresentar um conjunto de problemas de infraestrutura que tem um rebatimento direto na qualidade de vida da população. Acrescenta-se que, segundo dados da PNUD/IPEA/FJP, o município apresentava, em 2000, um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,670.

O principal eixo de conexão do passado - “Ponte do Itaíba e seu entorno” -, perde lugar para o traçado da Rodovia Federal (BR 408) que se afasta do antigo Centro Urbano à Leste. Os corredores de maior significado no tecido urbano são: Avenida Pacheco Leite Filho, Avenida Senador Pinheiro Ramos, Rua Antônio Montenegro, Praça Pedro Coutinho, Rua João Alfredo e Avenida Raul Bandeira, conforme Figura 12. Todas as vias centrais são pavimentadas ou asfaltadas, prevalecendo duas faixas de rolamento e ausência de estacionamento público.



**FIGURA 12** – Principais Vias e Intensidade de Fluxos em Paudalho  
**FONTE:** Autor da Pesquisa, 2010.

O centro da cidade possui configuração irregular nas ruas e quadras, com a presença de pátios, O conjunto edificado apresenta semelhanças às cidades históricas, caracterizado pela densidade, ausência de recuos frontais e laterais, bem como concentração e diversificação de prédios ou casas residenciais em convívio com as que servem a atividades não residenciais, conforme Figura 13.



**FIGURA 13** – Gabarito das Edificações do Centro do Município de Paudalho.  
**FONTE:** Autor da Pesquisa, 2010.

A posição geográfica do Município, localizado na Zona Tropical, faz com que domine em seu território um clima quente e úmido. Seu relevo possui superfícies planas, suaves onduladas e forte ondulado, constituídos por solo arenoso e argiloso, com potencial para aproveitamento com culturas agrícolas temporárias e/ou permanentes. As limitações ao seu uso se devem ao relevo acidentado, aos riscos de erosão e à pequena profundidade encontrada em alguns trechos. As condições de clima, associadas às de solos, contribuíram para a existência da Mata Atlântica, hoje bastante devastada, expressa ainda, em alguns resquícios, como as matas de São João, mata do Cajueiro Claro, mata da Academia, mata de Chã de Cruz e mata de Chã Alegre.

O referido espaço municipal está contido na bacia do rio Capibaribe, estando os recursos hídricos representados, também, por fontes d'água e açudes que servem ao abastecimento das comunidades circunvizinhas.

O Hino da Cidade, de autoria de Corina de Holanda e Pe. Argemiro de Figueiredo (1937), ao ressaltar: “[...] O Rio Capibaribe ao banhar-te bem se exhibe no seu doce murmurar [...]”, destaca tal “rio” como o visual mais nobre do ambiente, seu emblema integrador, bem como cenário e ponto de referência panorâmica da Cidade. Outros rios e açudes também enriquecem e embelezam a ambiência do município, constituindo-se em fortes potencialidades turísticas com excelentes alternativas para a localização de chácaras ou condomínios, para quem busca qualidade ambiental. Além dos arredores da barragem do Goitá, há os do açude do Zumbi, onde está localizado o Balneário Ecológico Zumbi e a barragem do Orá, no Rio Cursai.

O Município tem vários clubes de campo, inspirados pela presença de águas minerais e dos açudes, entre esses: Águas Finas, Vale das Cascatas, e o Balneário Zumbi, conforme Figura 14. Nas áreas rurais do Município, observam-se potenciais zonas para condomínios residenciais de veraneio, ou mesmo para moradia fixa. É uma realidade muito semelhante à de Aldeia, já consagrada como zona de lazer e residencial aprazível.



**FIGURA 14** – Balneário Zumbi –Paudalho.  
**FONTE:** Secretaria de Cultura 2008.



Agrega-se, ainda, um acervo arquitetônico de valor histórico e monumental materializado em edificações, que datam do Séc. XVII e princípios do Séc. XIX. No PPSHI (1982), segundo Germain Bazin, em *L'Architecture Religieuse Baroque ao Brasil*, existem vários elementos construídos na segunda metade do Séc. XVII, como o Mosteirinho de São Francisco (figura 15), edificado em 1635, para servir de refúgio aos religiosos de Olinda e Recife durante a invasão holandesa e a Capela de Nossa Senhora do Desterro (figura 16).



**FIGURA 15** – Mosteirinho de São Francisco – Paudalho.  
**FONTE:** Secretaria de Cultura, 2008.



**FIGURA 16** – Capela de Nossa Senhora do Desterro - Paudalho  
**FONTE:** Secretaria de Cultura, 2008.



Do Séc. XVIII, observam-se a Capela de Santa Tereza, construída em 1711, a Matriz do Divino Espírito Santo, a Igreja do Rosário dos Homens Pretos e a Capela de Nossa Senhora do Rosarinho (Figura 17). A arquitetura religiosa do Município recebe influências estilísticas do “Maneirismo”, do “Barroco – Rococó”, e do “Neoclássico”. Estão situadas em pátios ou largos, de grande simbolismo na paisagem urbana, pelas perspectivas e pontos focais que provocam.



**FIGURA 17** – Capela de Nossa Senhora do Rosarinho – Paudalho.  
**FONTE:** Secretaria de Cultura ,2008.

Ainda compõe a arquitetura de valor histórico do Município, edifícios de uso público como o conjunto ferroviário, a centenária Escola Herculano Bandeira, o antigo prédio da Cadeia, o Paço Municipal, o Mercado Público, a Escola Genilda Martins e a Ponte do Itaíba. São também identificados sobrados e tipologias do período imperial, com fachadas ornamentadas com frisos, cimalthas, azulejos importados e platibandas arrematadas por esculturas ou pinhas em louça.

A conservação das edificações de interesse histórico é preocupante e o índice de descaracterização arquitetônica do conjunto vem se acentuando aceleradamente, com grandes perdas, dando lugar a construções “modernas” de baixa qualidade, não constituindo bons exemplos da arquitetura atual, nem acrescentando nenhuma contribuição ao conjunto, buscando-se explicações, talvez, na ausência de educação patrimonial.

A religiosidade é um fator importante para o Município. O calendário de eventos dessa natureza, com festejos e procissões, revela o quanto é ampla a devoção. Entre tantos, o novenário de São Sebastião, celebrado desde 1869, e a Romaria a São Severino do Ramos, a maior de Pernambuco (Figura 18). A herança africana é marcada por grupos de Capoeira e por celebrações Oxum, onde os “filhos de santo” do município e da região, em caravanas dirigem-se ao centro de Paudalho, no mês de julho, para ofertarem ao “Orixá das águas doces”, no Rio Capibaribe as cestas com perfumes, jóias, flores e ervas.



**FIGURA 18** – Capela de Nossa Senhora da Luz – Engenho Ramos – Paudalho.  
**FONTE:** Secretaria de Cultura, 2008.

O carnaval se constitui na mais rica manifestação da cultura local. É uma referência para a região, expressando o autêntico carnaval pernambucano e as tendências multiculturais mais recentes. Com desfiles de: Maracatus, Bois, Caboclinhos, Bonecos Gigantes, Blocos, Troças, La Ursas, Papangus, Catirinas, Bloco Lírico, Escolas de Samba, Banho de Frevo, Shows. O destaque da festa caracteriza-se pelo desfile dos Clubes Carnavalescos Lenhadores (Figura 19), Estrela (Figura 20) e Cruzeiro do Sul, que apresentam grande espetáculo de rua com fantasias de luxo e frevo. A força carnavalesca transforma o município em exportador de músicos, oriundos da Sociedade de Cultura Artística 22 de Novembro, fundada no Município em 1852.



**FIGURA 19** – Desfile Clube Lenhadores do Paudalho.  
**FONTE:** Secretaria de Cultura, 2008.



**FIGURA 20** – Desfile Clube Estrela do Paudalho.  
**FONTE:** Secretaria de Cultura, 2008.

A vocação para as artes cênicas é vivenciada por diversos grupos teatrais, discípulos dos paudalhenses Marco Camarotti (in memoriam) e da atriz Arlete Sales, ilustrada, por exemplo, na encenação local da Paixão de Cristo, no Monte da Fé. Nas artes plásticas são destaques, além de Paulo Neves (in memoriam), J. Calazans, Paulo Camarotti (in memoriam), Carlos Paudalho e José Erani.

O talento dos artesãos é materializado na diversificação de trabalhos, como o bordado em tenerife, o crochê e artefatos de madeira, palha e argila, além de bordados e adereços carnavalescos. Na gastronomia, pode-se citar o genuíno doce de guabiraba, a tradicional geléia de araçá, a famosa bolacha praieira e o picolé de acerola.

## **CAPÍTULO 04 – INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO DO NÚCLEO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DO PAUDALHO**

Este capítulo, que busca inventariar o patrimônio cultural edificado do núcleo histórico do município de Paudalho, reúne informações dos bens culturais contextualizados do mencionado núcleo, as quais não só priorizam os monumentos, mas valorizam o lugar do socialmente produzido, acumulando vestígios culturais sucessivos, resultantes da permanente apropriação de elementos do passado, e também, do presente, documentando, portanto, aspectos significativos da trajetória cultural do Município estudado. Ele não perde de vista, desse modo, o abordado pelo IPHAN (2001), tendo como parâmetro a proposição de Bastos, transcritas a seguir:

Inventariar patrimônio cultural implica uma multiplicidade de classificação e agrupamento do bem, que deve ser analisado integrado ao seu sistema, relacionando-o ao seu habitat, sem tratá-lo como obra autônoma, descontextualizado de sua história e cultura regional (BASTOS, 2004, p.261).

As contribuições apresentadas, nas obras “Anais Pernambucanos (Costa, 1983), Dicionário Chorográfico e estatístico de Pernambuco (Galvão, 2006), Paudalho Geographia Phisica e Política (Melo, 1918) e Paudalho Terra de Engenhos (Araújo, 1990), se constituem em textos de referência para esta elaboração. Elas auxiliam a definir o que se passa a aqui considerar como núcleo histórico do Município do Paudalho, ou seja, o âmbito do recorte metodológico deste estudo, sem desprezo, obviamente, ao zoneamento estabelecido no Plano Diretor do Município do Paudalho (2006) – PDMP -, referido no capítulo precedente.

Ao se admitir que a expressão “núcleo histórico” remete aos primórdios da trajetória histórica, por exemplo, de uma localidade ou instituição, ou até de um indivíduo, torna-se indispensável explicitar que a abordagem do núcleo histórico do Município do Paudalho vai se fixar na sua malha urbana. Não se perde de vista que a origem do Município, mais amplamente falando, remonta a 1591, com a fundação do aldeamento Meretibe, pelos frades franciscanos, como posto no terceiro capítulo. Entretanto, o recorte do urbano, como eixo da nucleação histórica do Paudalho, permite inferir à luz das contribuições de Melo (1918), que tal núcleo seria derivado do antigo Engenho Paudalho, a cujas terras pertenciam



provavelmente a da atual Rua Santa Teresa. Para o citado autor, as habitações iniciais do povoamento urbano, emergente na Vila Paudalho, situavam-se nas proximidades do, hoje, Itaíba, que fica à margem direita do Rio Capibaribe, após a linha férrea onde se ergueu a Ponte do Itaíba, tida oficialmente como patrimônio de Pernambuco.

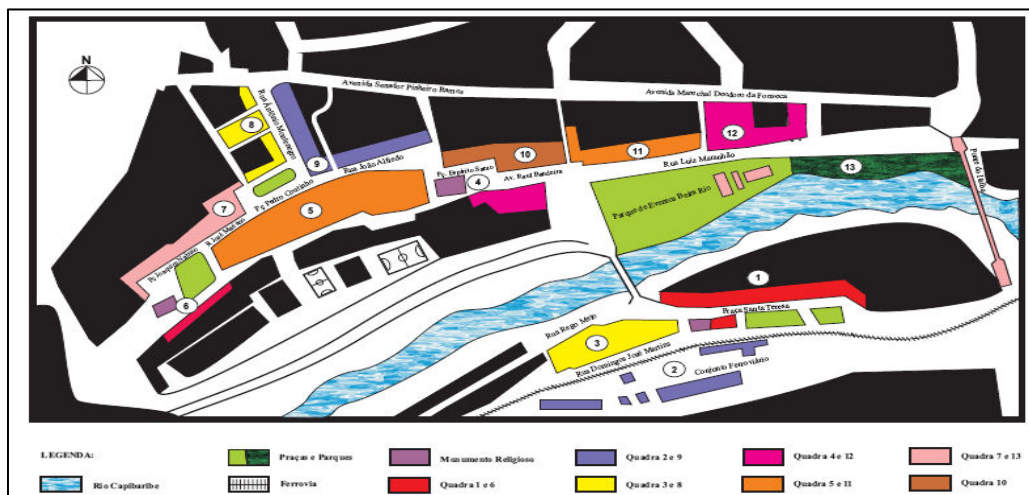
Melo (1918), admite que a lógica urbana da época tinha por base os templos religiosos. Dessa forma, sinaliza que, provavelmente, a povoação do núcleo histórico de Paudalho tenha surgido nos extremos da Igreja Matriz e Igreja do Rosário e dali tenha se desenvolvido para o leste, para o sul e para o oeste, estendendo-se tanto que o antigo cemitério ficou dentro do perímetro da cidade, tendo que ser demolido. Outro fato que fundamenta o argumento de Melo era a localização do pelourinho na Praça João Alfredo (atual Praça Pedro Coutinho), quando Paudalho foi elevado à Vila em 1811, considerado ponto central desde os princípios do século XIX até a atualidade.

Sem dúvida, como já dito no capítulo anterior, que as 3 (três) das 7 (sete) zonas do Município do Paudalho, estabelecidas no PDMP (2006), se apresentam como de interesse específico deste trabalho, enquanto imersas (no que tange apenas ao seu espaço urbano), no definido como núcleo histórico dessa região. Repetindo, são elas: Zona de Proteção Ambiental (ZPA), Zona de Interesse Histórico Cultural (ZICH) e Zona de Consolidação Urbana (ZCU).



**FIGURA 21:** Recorte da área de Estudo na ZICH  
**FONTE:** Autor da pesquisa, 2010.

Com base, portanto, nas considerações acima, esboçamos a Figura 21 (acima), que ilustra o recorte definido como área do núcleo histórico do Município do Paudalho. A Figura 22 e o Quadro 02 (abaixo), relaciona as 13 (treze) quadras que serviram de análise ao objeto de estudo aqui focalizado.



**FIGURA 22:** Quadras estudadas do Núcleo Histórico do Município de Paudalho  
**FONTE:** Autor da pesquisa, 2010.

**QUADRO N.º 02:** Quadras que compõem a área estudada do núcleo histórico de Paudalho:

Quadra N.º	Ruas que compõem a quadra	Quantidade estudada
01	Rua Santa Teresa	32 edificações
02	Conjunto Ferroviário	14 edificações
03	Rua Domingos José Martins e Rua Rego Melo	31 edificações
04	Praça Espírito Santo e Avenida Raul Bandeira	05 edificações
05	Praça Pedro Coutinho, Rua João Alfredo e Rua José Mariano	35 edificações
06	Praça Joaquim Nabuco	17 edificações
07	Praça Joaquim Nabuco, Rua José Mariano, Praça Pedro Coutinho	18 edificações
08	Praça Pedro Coutinho, Rua Antonio Montenegro	12 edificações
09	Rua João Alfredo, Rua Antonio Montenegro	27 edificações
10	Avenida Raul Bandeira	10 edificações
11	Rua Luiz Maranhão	15 edificações
12	Rua Luiz Maranhão	02 edificações
13	Parque Beira Rio Pio Guerra	03 edificações
	TOTAL	220 edificações

**FONTE:** Autor da Pesquisa, 2010.

A metodologia utilizada tomou por base as orientações do IPHAN e da FUNDARPE, tendo como alinhamento o fichamento das edificações, complementada pela análise morfológica, permitindo uma investigação da composição da paisagem através da identificação e detalhamento do seu vocabulário físico, sítio geográfico, ruas, quadras (Apêndices 02 a 14), lotes, fachadas, edifícios, praças, monumentos, árvores e mobiliário urbano, que interagem e configuram a paisagem específica do município de Paudalho.

Uma ficha de identificação dos bens patrimoniais (levantamento cadastral) foi elaborada tomando por referência as orientações do arquiteto Roberto Carneiro e das professoras Mércia Carrera e Maria Braga, conforme apêndice 15, que para efeito desta pesquisa, toma por base apenas a análise das fachadas do núcleo histórico do Município estudado, complementado por entrevistas com moradores de diferentes classes sociais e variadas faixas etárias, proporcionando um espaço de interlocução, como pode ser verificado na ficha de entrevista (apêndice 16). Os dados obtidos foram tabulados em 13 (treze) quadros de nº. 03 a 15 (Apêndices de 17 a 29).

A partir do levantamento de campo, as informações obtidas foram sistematizadas e lançadas na base cartográfica do núcleo histórico de Paudalho, possibilitando a análise do espaço urbano estudado, sintetizado através de esquemas gráficos que resultam em sete mapas temáticos: 1) Esquema Gráfico de usos por imóvel; 2) Esquema Gráfico do Gabarito por imóvel; 3) Esquema Gráfico das Tipologias por imóvel; 4) Esquema Gráfico da Época da Construção por imóvel; 5) Esquema Gráfico dos Elementos da Cultura Imaterial; 6) Esquema Gráfico das Referências Iconográficas; 7) Esquema Gráfico da Representação no Conjunto.

É importante ressaltar que a análise foi feita considerando o levantamento fotográfico e o fichamento dos imóveis realizado no ano de 1979 pelo PPSHI, e a partir deles foi identificado as mudanças posteriores ocorridas nas fachadas. Em alguns casos, foram utilizados, também, fotografias do início do Séc. XX do acervo do autor da pesquisa e do ano de 2002 do acervo do Plano Diretor do Município. Ainda foi utilizado fotografias do desfile dos Clubes Carnavalescos Lenhadores e Estrela do acervo do autor, com datas diversas, onde é possível observar também, as mudanças das fachadas dos imóveis do núcleo histórico do Município do Paudalho. Com base nos Esquemas Gráficos, acima citados, foi realizado as análises.



Quanto ao uso por imóvel, foram utilizados os elementos: habitação, comércio, misto, serviço, religioso e sem uso. As quadras com maior uso habitacional são: a quadra 03 com 90%, a quadra 06 e 10 com 80%, e quadra 11 com 93%. As quadras 08 e 09 apresentam mais de 50% do uso comercial. O uso misto é mais evidenciado nas quadras 08 e 09, enquanto que o uso para serviço é mais concentrado na quadra 04. Quanto ao gabarito, a maioria das quadras apresenta mais de 70% das edificações térreas, com exceção das quadras 04, 05 e 08 com percentuais maiores de edificações de 02 pavimentos.

A análise da tipologia, adotou a proposta de Furtado e Zancheti (2003), através da seguinte classificação: vernácula tradicional, vernácula contemporânea, barroca, neoclássica, eclética, art-decô popular e moderna. São classificados como vernáculo tradicional as construções de porta e janela; térrea; geminadas; ocupando o lote em 03 (três) de seus limites; geralmente com fundos livres e reservados para os quintais; o telhado com inclinações para frente e para o fundo do lote em 02(duas) águas; com portas e janelas com verga reta ou em arco abatido; com cercadura nas portas ou sem elementos decorativos, presença de cimalthas completas ou parciais (cornija, friso e arquitraves); É uma construção que segue uma tradição secular, de origem colonial e popular, exemplificada na Figura 23.



**FIGURA 23:** Vernáculo Tradicional em Paudalho – Casas de Turma  
**FONTE:** PPSHI, 1979.

O vernáculo contemporâneo é uma reelaboração simplificada do tradicional, destacando-se a simplicidade e a utilização de elementos construtivos contemporâneos. As fachadas têm o mesmo padrão do tradicional, mas, em geral, são desprovidas de elemento decorativo; o ritmo das aberturas pode mudar através do uso de janelas e portas pré-fabricadas; as platibandas são utilizadas sem destacar-se do corpo da fachada, conforme se observa na Figura 24.



**FIGURA 24:** Vernáculo Contemporâneo – Praça Santa Teresa - Paudalho

**FONTE:** Autor da pesquisa, 2010.

O neoclássico geralmente tem a mesma implantação no lote e inclinações dos telhados semelhantes ao vernáculo tradicional. A fachada é composta por um corpo quadrado ou retangular; platibanda retangular; corpo da platibanda marcado pela trama ortogonal de pilastras e arquivoltas ou podem ser marcados apenas nos limites do corpo; os ornatos geométricos ou florais, geralmente são localizados nas subdivisões da platibanda; as aberturas são enquadradas rigidamente na geometria da fachada; são bastante comuns portas e janelas com arco pleno ou verga reta com bandeiras; cercaduras em argamassa. (Figuras 25 e 26).



**FIGURA 25:** Neoclássico - Escola Herculano Bandeira – Paudalho.

**FONTE:** Autor da pesquisa, 2010.





**FIGURA 26:** Neoclássico - Praça do Espírito Santo – Paudalho.  
**FONTE:** Autor da pesquisa, 2010.

O eclético possui uma variação maior de soluções plásticas e compositivas. Geralmente, aparece como uma sobreposição em edificações realizadas com outros estilos, principalmente o neoclássico; utilizam vários adornos e adereços que quebram a “rigidez” plástica do estilo original; uso de platibandas que se parecem com balaustradas. (Figuras 27 e 28).



**FIGURA 27:** Eclético – Paço Municipal – Paudalho.  
**FONTE:** Autor da pesquisa, 2010.





**FIGURA 28:** Eclético – Avenida Raul Bandeira – Paudalho.  
**FONTE:** Autor da pesquisa, 2010.

O art-decô segue o tipo construtivo neoclássico, porém com a presença de grande diversidade de soluções originais; o neoclássico continua a existir, mas recebe um novo revestimento de adornos e de organização plástica nas fachadas, especialmente nas platibandas e cercaduras (Figura 29).



**FIGURA 29:** Art Decô – Rua João Alfredo – Paudalho.  
**FONTE:** Autor da pesquisa, 2010.

O moderno é caracterizado pela criação de garagens e terraços no corpo da edificação, bem como de varandas no andar superior; uso de janelas mais amplas e horizontais; maior variedade de inclinações de telhados; uso de materiais pré-moldados (lajes, portas e janelas de alumínio); maior independência da edificação em relação aos limites do lote. (Figura 30).



**FIGURA 30:** Moderno – Praça Joaquim Nabuco – Paudalho.  
**FONTE:** Autor da pesquisa, 2010.

A maioria das edificações do núcleo histórico, do Município de Paudalho é de caráter vernáculo, construída sem recuos, nos limites dos lotes; A maioria dos lotes é estreito e profundo; coberta em duas águas com telhas cerâmicas tipo capa-canal; fechamento das aberturas com verga reta, arco pleno ou abatido. (Figura 31).



**FIGURA 31:** Imóvel sem recuo – Praça Pedro Coutinho - Paudalho.  
**FONTE:** Autor da pesquisa, 2010.



O barroco-rococó é visualizado nas edificações religiosas, sobretudo na Igreja Matriz do Divino Espírito Santo e na Igreja de Nossa Senhora do Rosário. No interior da Igreja Matriz, é possível visualizar colunas retorcidas, rocalhas, decoração com folhas de acantos, busca de efeitos visuais através de curvas e contracurvas, entrelaçamento da arquitetura com a escultura, contrastes de luz e sombra, utilização de pintura branco com dourado, ladrilhos hidráulicos, presença de púlpitos e tribunas, teto da capela-mor abobadado, conforme a Figura 31, notadamente o altar lateral, arco cruzeiro, capela-mor.

A fachada da mesma é composta com frontispício em três partes: o térreo com cinco portas almofadadas em arco abatido, cercaduras em massa e pestanas. O primeiro pavimento com cinco janelas almofadadas do coro, em arco abatido, com sacadas em ferro trabalhado, cercaduras em massa e pestanas. Frontão sustentado por cinco colunas, tendo ao centro, afresco do Divino Espírito Santo e do Santíssimo Sacramento. Decorado com volutas, ornatos geométricos, arabescos, conchas, folhagens, encimado por pináculos, cruz e torre sineira com aberturas em arco pleno. (Figura 32).



**FIGURA 32:** Barroco – Fachada da Igreja Matriz – Paudalho.  
**FONTE:** Autor da pesquisa, 2010.

As antigas edificações do período colonial recebem sobre sua estrutura novos elementos de cunho historicista e gosto clássico. Em 08 (oito) edificações localizadas nas quadras 05, 08, 09 e 11 é observado o revestimento com azulejos importados portugueses e franceses (Figura 33).



**FIGURA 33:** Imóvel Séc. XIX em azulejo francês - Rua Antonio Montenegro - Paudalho  
**FONTE:** Autor da pesquisa, 2010.

As fachadas são ornamentadas com frisos e cimalkhas. Platibandas ornamentadas com balaustradas, esculturas e pinhas em porcelana, bem como pináculos, evidenciam as influências neoclássicas e ecléticas. Casas com recuos laterais são observadas em 12 edificações nas quadras 01, 05, 09, 10 e 11, (Figuras 34 e 35).



**FIGURA 34:** Imóvel do Séc. XIX com recuo lateral – Rua João Alfredo – Paudalho  
**FONTE:** Autor da pesquisa, 2010





**FIGURA 35:** Imóvel com recuo lateral, revestido com azulejo francês. Rua Luiz Maranhão.

**FONTE:** Autor da pesquisa, 2010.

Vale salientar que existe grande contraste em termos de fidelidade estilística, e nem sempre se manifestam com a clareza dos manuais. As mais antigas, em geral, são produtos de constantes transformações físicas, bem como de combinações entre tendências coloniais, historicistas e modernas. Essa diversidade de elementos compõe um mosaico de formas e influências estéticas e ilustram todas as quadras do núcleo. Quanto ao período de construção, foi identificado do Séc. XVIII, 03 (três) edificações religiosas: Capela de Santa Teresa d'Ávila, Igreja Matriz do Divino Espírito Santo e Igreja do Rosário dos homens pretos. A maioria das construções do núcleo histórico do Município de Paudalho data do Séc. XIX e início do Séc. XX, conforme pode ser observado na Figura 36.



**FIGURA 36:** Imóvel do Início Séc. XX - Rua João Alfredo - Paudalho

**FONTE:** Autor da pesquisa, 2010.



As referências iconográficas são identificadas em Pereira da Costa, Sebastião Galvão, Mário Melo, Severino Soares, Sylvia Cavalcanti (casas de azulejos portugueses e franceses do Séc. XIX) e no PPSHI, com fotografias do ano de 1979. No Álbum de Pernambuco e seus arrabaldes, datado de 1878, de autoria do alemão Franz Heinrich Carls, mais conhecido como F.H. Carls, foi possível identificar uma imagem de Paudalho (cromolitografia), especificamente da área constante entre a Ponte do Itaíba e o atual Parque de Eventos Pio Guerra. Essa gravura, com dimensão de 28x40cm é importante não só pelo registro da paisagem, mas, também, porque permitiu um estudo da arquitetura da época, vestuário, hábitos e por localizar antigas construções. A análise foi complementada através de fotografias antigas do acervo do autor da pesquisa, (Figura 37).



**FIGURA 37:** Cromolitografia de F.H.Carls – Imagem de Paudalho - Ponte do Itaíba e entorno.  
**FONTE:** F. H. Carls, 1878 – Álbum de Pernambuco e seus arrabaldes, CEPE, 2007.

Quanto ao estado de preservação dos imóveis, representação no conjunto e integridade de suas características morfológico-estilísticas predominantes, foi adaptado neste estudo a classificação utilizada no PPSHI (1982), IPHAN (2005) e FUNDARPE (2010), qual seja: antigo preservado (AP), antigo modificado (AM), antigo descaracterizado (AD) e contemporâneo(C). O antigo preservado (AP) apresenta as informações originais da fachada

preservada indicando necessidades de pequenos reparos, exemplificado na Figura 38. O antigo modificado (AM) para aquelas edificações que perderam alguns dos seus elementos caracterizadores, apresentando modificações que, em sua maioria, são reversíveis. Essas modificações variam desde a mudança nos cheios e vazios; introdução de novos materiais de revestimento; acréscimo de pavimentos ou substituição de telhas cerâmica por outro tipo. As alterações realizadas permitem uma restauração por serem facilmente identificáveis e visíveis, representadas na Figura 39.



**FIGURA 38:** Imóvel Antigo Preservado – Av. Raul Bandeira – Paudalho.  
**FONTE:** Autor da pesquisa, 2010.



**FIGURA 39:** Imóvel Antigo Modificado – Rua José Domingos Martins - Paudalho  
**FONTE:** Autor da pesquisa, 2010.



O antigo descaracterizado (AD) materializa-se nas edificações que foram alteradas, de tal forma, que se tornam praticamente impossíveis a identificação da sua concepção anterior. O contemporâneo (C) para as novas edificações, construídas após os anos 1940 do Séc. XX, onde, em quase todos os casos, não houve a preocupação em integrar-se ao contexto, exemplificado na Figura 40.



**FIGURA 40:** Imóvel Antigo Descaracterizado – Rua João Alfredo - Paudalho  
**FONTE:** Autor da pesquisa, 2010.

A maioria das quadras apresenta um equilíbrio em torno de 50% (do antigo preservado e modificado) para a soma do (antigo descaracterizado e contemporâneo). A quadra 07 apresenta o maior índice de preservação, somando o antigo preservado e modificado 71%. Enquanto que o maior índice de descaracterização foi identificado nas quadras 04 80%, 08 66% e 10 70%. A quadra 03 contém o maior número de elementos contemporâneos 45%.

Após a análise por quadras, as informações obtidas foram sistematizadas e lançadas no Quadro 16 (apêndice 30) e na base cartográfica do núcleo histórico de Paudalho, possibilitando a análise do espaço urbano estudado, sintetizado através de esquemas gráficos que resultam em oito mapas temáticos: 1) Mapa de localização das quadras; 2) Mapa de usos por imóvel (apêndice 31 e Figura 23); 3) Mapa de gabarito dos imóveis (apêndice 32 e Figura 24); 4) Mapa das tipologias (apêndice 33 e Figura 25); 5) Mapa da época de construção (apêndice 34 e Figura 26); 6) Mapa dos bens imateriais (apêndice 35 e Figura 27); 7) Mapa de

referências iconográficas (apêndice 36 e Figura 28); 8) Mapa de representação no conjunto (apêndice 37 e Figura 29); Ressalte-se que a base cartográfica disponibilizada pelo Município e utilizada na pesquisa, não contém imagens de alta resolução georeferenciada e não demarca as edificações inseridas nos respectivos lotes, deixando esta lacuna, a ser preenchida posteriormente, no avanço desta pesquisa.

Prevalece no núcleo histórico o uso habitacional, como pode ser observado na Figura 41. Dos 220 imóveis inventariados, 141 são habitações, correspondendo a 64% (destacados na cor vermelha). 30 imóveis comerciais 13%, 24 imóveis de serviço 11%, 16 imóveis mistos 7%, 05 imóveis religiosos 3% e 04 imóveis sem uso.



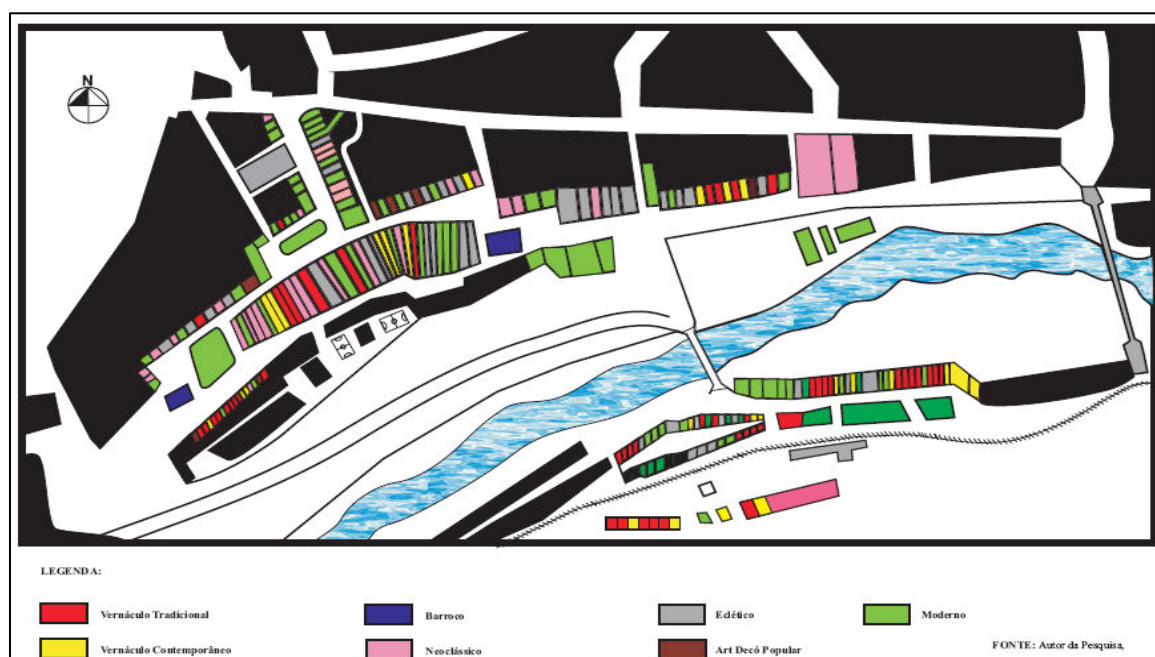
**FIGURA 41:** Esquema Gráfico por Usos por Imóvel do Núcleo Histórico do Município de Paudalho  
**FONTE:** Autor da pesquisa, 2010.

Quanto ao gabarito, 167 imóveis são térreos; destacados no esquema gráfico abaixo na cor amarela, correspondendo a 76% das construções do núcleo histórico do Município de Paudalho. Enquanto que 47 imóveis são de 02 pavimentos 22%, destacados na cor vermelha e 06 imóveis de 03 pavimentos 2%, destacados na cor verde, demonstrados na Figura 42.



**FIGURA 42:** Esquema Gráfico do Gabarito por Imóvel do Núcleo Histórico do município de Paudalho  
**FONTE:** Autor da pesquisa, 2010.

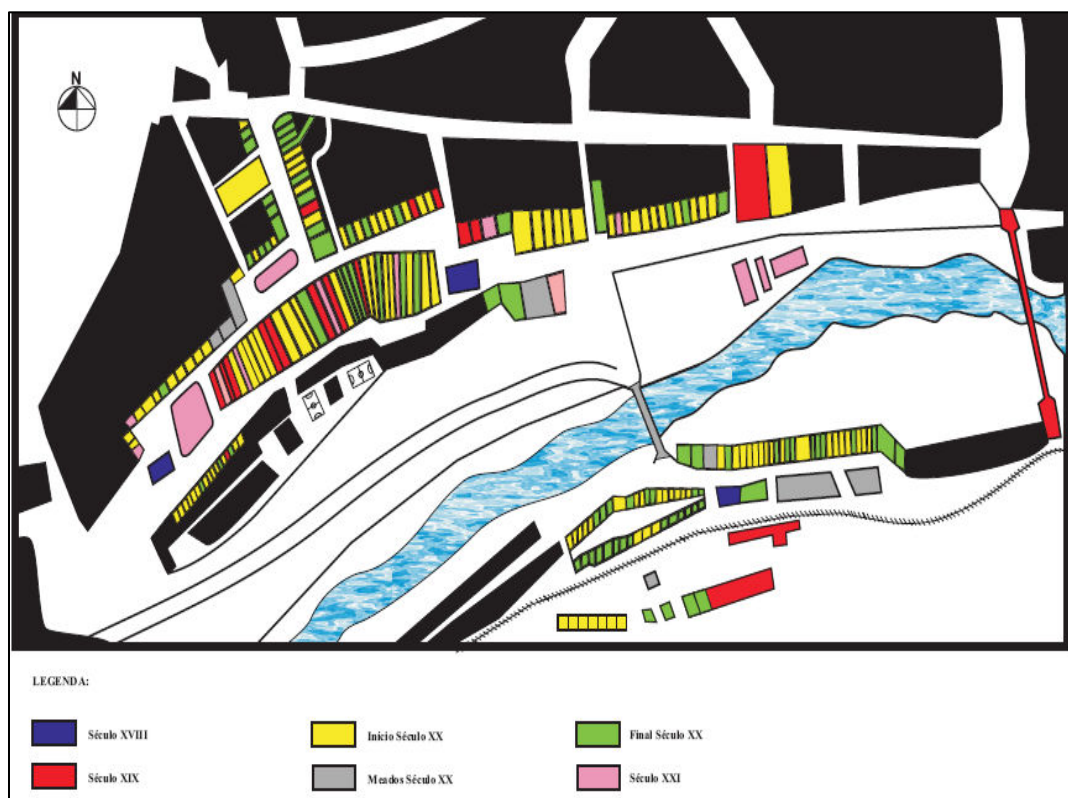
Quanto à tipologia, são identificados, na Figura 43 abaixo, 99 imóveis modernos, correspondentes a 45%, destacados na cor verde, 40 imóveis com característica vernácula tradicional (na cor vermelha) e vernácula contemporânea na cor amarela, 60 imóveis ecléticos 27%, destacados na cor cinza, 17 imóveis neoclássicos 8%, destacados na cor rosa, e dois barrocos visualizados nas igrejas destacadas na cor roxa. Tais evidências parecem comprovar a existência de um mosaico correspondente a 55% de tipologias vernácula e historicista no núcleo histórico do Município de Paudalho.



**FIGURA 43:** Esquema Gráfico das Tipologia dos Imóveis do Núcleo Histórico do Município de Paudalho  
**FONTE:** Autor da pesquisa, 2010.



As construções do Séc. XVIII do núcleo histórico do Município do Paudalho correspondem a 03 (três) monumentos religiosos (cor roxa). Do Séc. XIX, são identificadas no esquema gráfico abaixo, na cor vermelha, 21 construções públicas como a Ponte do Itaíba, conjunto ferroviário, Escola Herculano Bandeira e residências neoclássicas, geralmente com sobreposição eclética. Os imóveis do início do Séc. XX correspondem a 72%, destacados em amarelo na Figura 44.

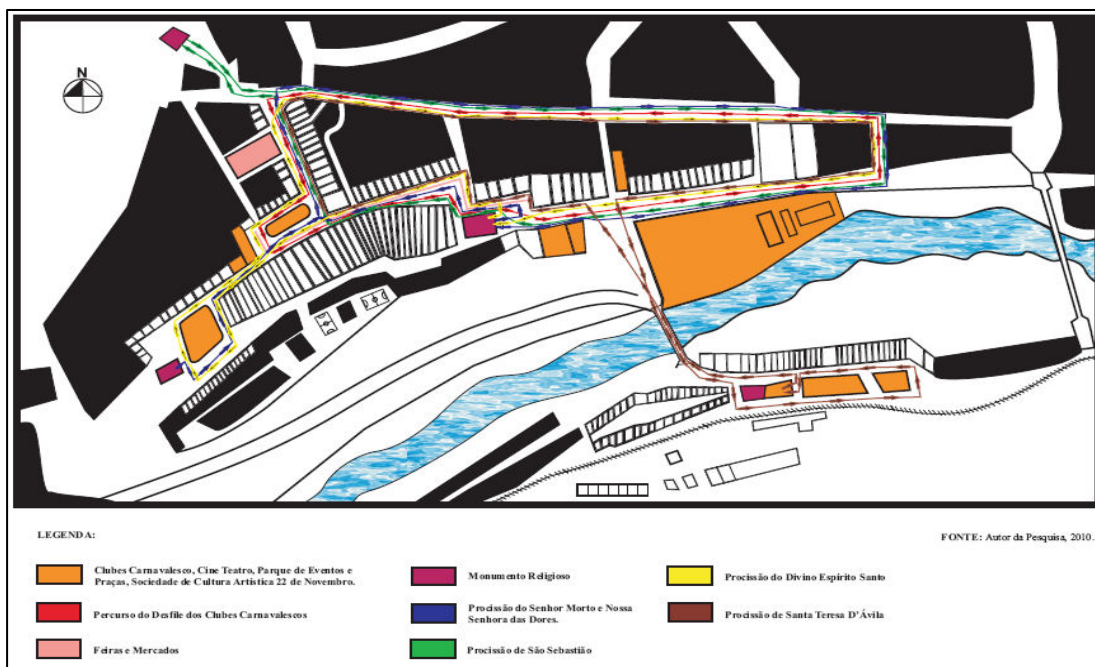


**FIGURA 44:** Esquema Gráfico da Época de Construção dos Imóveis do Núcleo Histórico do Município de Paudalho

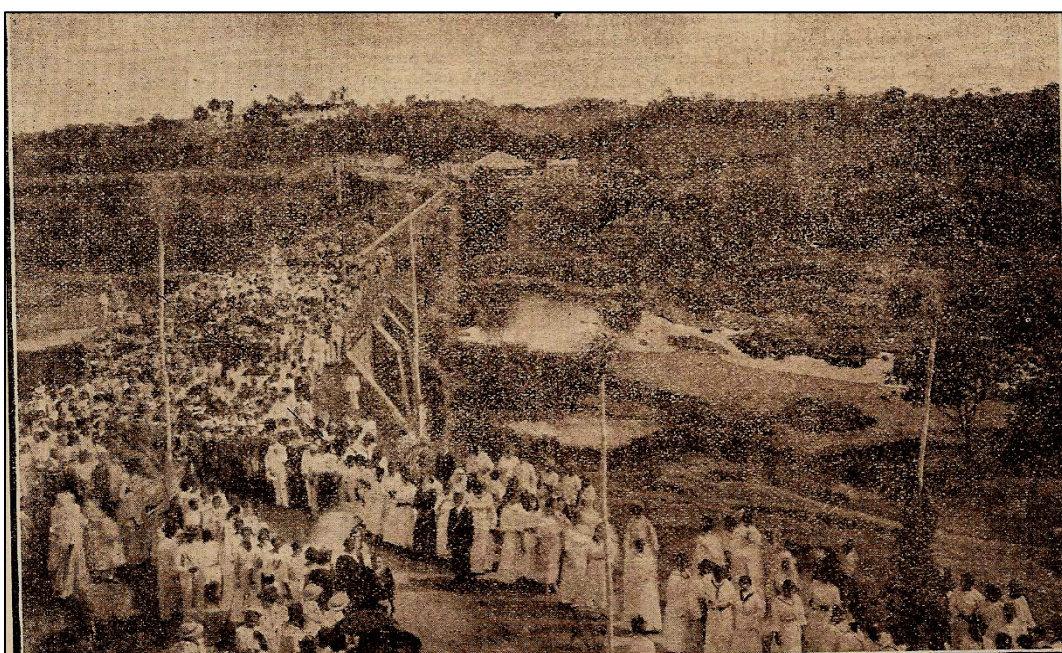
**FONTE:** Autor da pesquisa, 2010.

A memória coletiva dos paudalhenses expressa nas entrevistas realizadas, o mosaico de diferentes traços de tipologias, os valores arquitetônicos, paisagísticos e urbanísticos do núcleo histórico do Município do Paudalho, sendo representados no esquema gráfico dos elementos da cultura imaterial (Figura 45 e 46). Estes se entrelaçam às expressões tradicionais da cultura imaterial através do folclore, celebrações, ofícios e lugares; proporcionando um testemunho simbólico das pessoas que ocuparam ou vivenciam o espaço em estudo, ampliando a compreensão da forma urbana através da materialização do simbolismo e da dimensão cultural. Observam-se, assim, fortes vínculos afetivos das pessoas com o patrimônio material representado ao longo da história através do trajeto das tradicionais procissões: São Sebastião, Senhor Morto e Nossa Senhora das Dores, Divino Espírito Santo e Santa Teresa

D'Ávila; do percurso do desfile dos clubes carnavalescos, da rivalidade entre os Clubes Lenhadores e Clube Estrela; da área da feira livre e do mercado público, das retretas da Banda 22 de Novembro nas praças, entre outros, definem os lugares das celebrações e os caminhos históricos, constituindo elementos de afirmação da identidade e memória dos paudalhenses.



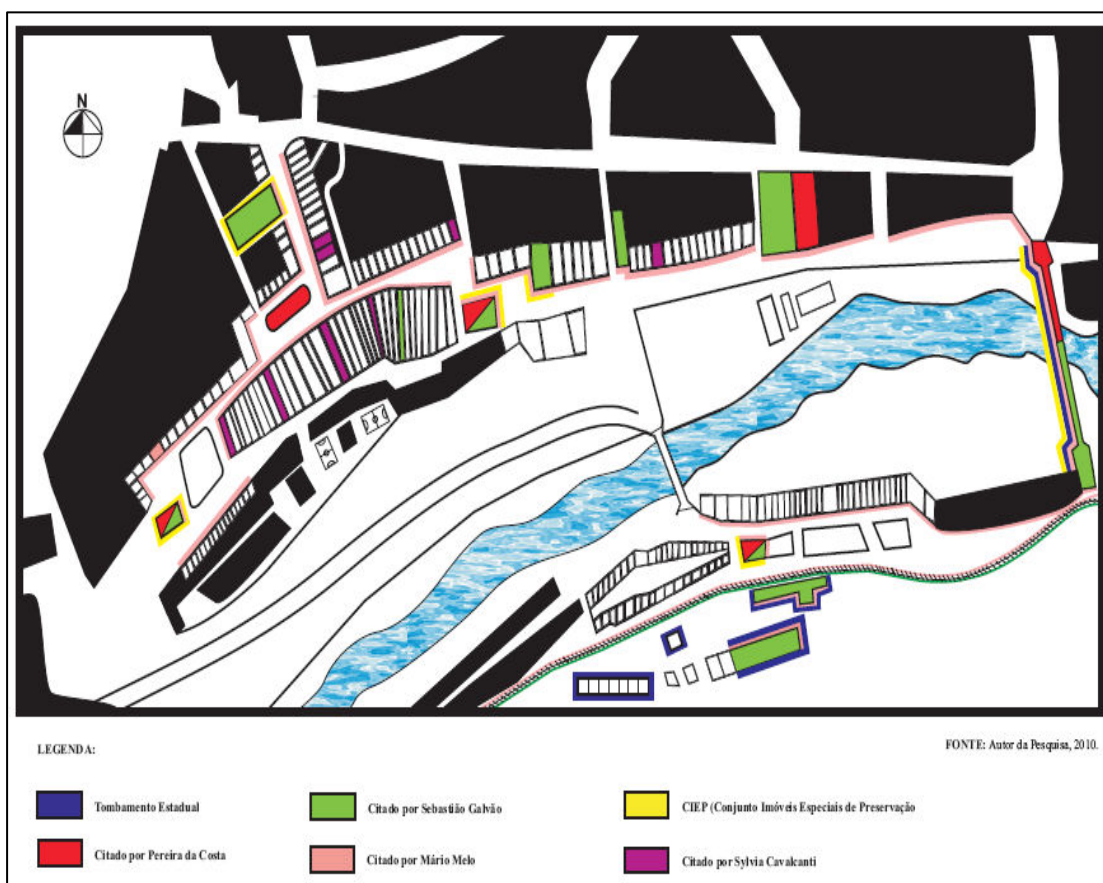
**FIGURA 45:** Esquema Gráfico dos Elementos da Cultura Imaterial do Núcleo Histórico de Paudalho  
**FONTE:** Autor da pesquisa, 2010.



**FIGURA 46:** Procissão do Cristo Crucificado - Paudalho (1917), passando na Ponte do Itaíba.  
**FONTE:** Álbum Histórico Comemorativo por ocasião da colocação da imagem de Jesus Cristo Crucificado no Tribunal do Júri em Paudalho, Imprensa Oficial, Recife, 1918.



O esquema gráfico das referências iconográficas (Figura 47) proporcionou o conhecimento do acervo documental histórico por meio das citações na literatura da história do Estado de Pernambuco. Estudos como o PPSHI e acervos de referência, como o Arquivo Público Estadual de PE e o Álbum de Pernambuco de F.H. Carls, facilitaram a compreensão da importância do núcleo histórico do Município do Paudalho.



**FIGURA 47:** Esquema Gráfico das Referências Iconográficas do Núcleo Histórico de Paudalho  
**FONTE:** Autor da pesquisa, 2010.

A situação atual de conservação do relevante conjunto de bens patrimoniais culturais do Município do Paudalho, exposto na Figura 48, revela que dos 220 (duzentos e vinte) imóveis analisados, 54 (cinquenta e quatro) construções antigas mantêm-se as fachadas preservadas 24%. O quantitativo de 58 (cinquenta e oito) imóveis antigo com fachadas modificadas corresponde a 26%. O índice de descaracterização é bastante acentuado: 79 (setenta e nove) imóveis foram completamente descaracterizados ou demolidos e correspondem a 36%. A maioria das 29 (vinte e nove) construções contemporâneas é de baixa relevância arquitetônica (14%). Assim, temos um total de 50% dos imóveis preservados ou modificados, enquanto que os outros 50% são constituídos por imóveis descaracterizados e contemporâneos.





FONTE: Autor da Pesquisa, 2010.

LEGENDA:



**FIGURA 48:** Esquema Gráfico da Representação no Conjunto do Núcleo Histórico do Município de Paudalho

FONTE: Autor da pesquisa, 2010.

Na arquitetura religiosa o descuido e/ou reformas apressadas e sem orientações, realizadas pelos párocos ou pelos administradores das capelas significam perdas irreparáveis, além da descaracterização, interna e externa de alguns templos, como por exemplo, a Igreja de Nossa Senhora do Livramento dos Homens Pardos, vítima do desabamento no ano de 1986. A Figura 49 revela a imagem do templo antes do referido desabamento.



**FIGURA 49:** Capela de Nossa Senhora do Livramento dos Homens Pardos – Paudalho

FONTE: Acervo do Autor, início do Séc. XX.

Na arquitetura civil pública, registram-se perdas de vários prédios de grande importância histórico-arquitetônica como o Cine-Teatro Santa Teresa, que foi demolido em 1972 (Figura 50) e o prédio da Farmácia Coutinho, demolido em 1982 para construção do Fórum Municipal (Figura 51)



**FIGURA 50:** Cine-Teatro Santa Teresa em Paudalho – Demolido em 1972.  
**FONTE:** Acervo do Autor, início do Séc. XX.



**FIGURA 51:** Prédio da Farmácia Coutinho em Paudalho – Demolido em 1982.  
**FONTE:** Acervo do Autor, início do Séc. XX.



A arquitetura civil particular acumula a maior parte das perdas irreparáveis visualizadas na análise de documentação fotográfica do início do Séc. XX, através da qual se constata claramente o imenso prejuízo causado ao núcleo histórico do Município do Paudalho, talvez pela visão equivocada de progresso, desinformação cultural, ausência de educação patrimonial e incapacidade financeira dos proprietários.

A restauração da Ponte do Itaíba, anunciada pelo atual governo municipal (Figura 52), é motivo de cuidado especial pelas seguintes razões: é um patrimônio com tombamento estadual; qualquer intervenção na mesma deve ter previamente autorização da FUNDARPE; até o presente momento (dezembro/2010) não foi apresentado à FUNDARPE – Diretoria de Preservação Cultural, o projeto arquitetônico;



**FIGURA 52:** Placa da Restauração da Ponte do Itaíba, afixada em vários pontos de Paudalho.  
**FONTE:** Autor da pesquisa, 2010.

Uma análise comparativa de visadas de ruas, praças e imóveis inventariados foi realizada, tomando por base: fotografias e croquis do PPSHI do ano de 1979, fotografias do Plano Diretor do ano de 2002 e fotografias atuais (2010). A pesquisa da cultura imaterial, principalmente as fotografias do desfile dos Clubes Lenhadores e Estrela (1972 a 1982), complementaram a análise das transformações do núcleo histórico.

As Figuras 53, 55 e 55, demonstram a descaracterização em três construções ecléticas da Quadra 03 – Rua Domingos José Martins. Em 1979, a descaracterização é observada apenas na casa de Nº. 27. Em 2002, é alterada a fachada da casa Nº. 33 e em 2010 na casa de Nº. 39.



**FIGURA 53:** Imóveis Ecléticos da Rua Domingos José Martins em 1979 – Paudalho.  
**FONTE:** PPSHI, 1982



**FIGURA 54:** Imóveis Ecléticos da Rua Domingos José Martins em 2002 – Paudalho.  
**FONTE:** Projeto do Circuito Turístico Paudalho - São Severino do Ramos



**FIGURA 55:** Imóveis Ecléticos da Rua Domingos José Martins em 2010 – Paudalho.  
**FONTE:** Autor da pesquisa, 2010.



As Figuras 56, 57 e 58 apresentam vistas da Quadra 03 – Rua Rego Melo. Na foto do início do Séc. XX, observa-se a existência de um sobrado, construções ecléticas e vernáculas tradicionais. Na foto de 1975 já se identifica a inexistência do sobrado e a construção de novas casas. Em 2010, percebe-se construções de baixa relevância arquitetônica.



**FIGURA 56:** Vista da Rua Rego Melo – Quadra 03 no início do Séc. XX - Paudalho  
**FONTE:** Acervo do Autor, início do Séc. XX.



**FIGURA 57:** Vista da Rua Rego Melo – Quadra 03 em 1975 e fantasias do Clube Estrela.  
**FONTE:** Acervo do Autor, 1975.



**FIGURA 58:** Vista da Rua Rego Melo – Quadra 03 em 2010 – Paudalho.  
**FONTE:** Autor da pesquisa, 2010.

Nas Figuras 59, 60 e 61, percebe-se que no ano 1979 ainda existia homogeneidade no conjunto na Rua Dr. José Mariano. As casas de N°. de ordem 05 e 06 da Quadra 05 ainda mantinham janelas e portas em caixilho. Em 2002, observa-se a modificação da fachada da casa 05 e a completa substituição da casa 06 por um imóvel comercial moderno com 03 pavimentos. Em 2010, o mesmo imóvel recebe grande placa comercial.



**FIGURA 59:** Vista da Rua Dr. José Mariano em 1979 – Paudalho.  
**FONTE:** PPSHI, 1982.



**FIGURA 60:** Vista da Rua Dr. José Mariano em 2002 – Paudalho.  
**FONTE:** Projeto do Circuito Turístico Paudalho – São Severino do Ramos, 2002.



**FIGURA 61:** Vista da Rua Dr. José Mariano em 2010 – Paudalho.  
**FONTE:** Autor da pesquisa, 2010.



As Figuras 62, 63 e 64 expressam a descaracterização da Quadra 11 - Rua Luiz Maranhão, especificamente da residência n°. de ordem 03, em 1979 ainda preservada; em 2002 descaracterizada e em 2010 descontextualizada do entorno.



**FIGURA 62:** Vista da Rua Luiz Maranhão em 1979 – Paudalho.  
**FONTE:** PPSHI, 1982.



**FIGURA 63:** Vista da Rua Luiz Maranhão em 2002 – Paudalho.  
**FONTE:** Projeto do Circuito Turístico Paudalho – São Severino do Ramos, 2002.



**FIGURA 64:** Vista da Rua Luiz Maranhão em 2010 – Paudalho.  
**FONTE:** Autor da pesquisa, 2010.

Na Figura 65 temos uma vista da Quadra 08, Praça Pedro Coutinho em meados do Séc. XX. A Figura 66 tem a mesma vista em 1979, ainda mantendo a unidade do conjunto. Na Figura 67 observa-se a descaracterização nas casas nº. de ordem 01 a 06.



**FIGURA 65:** Vista da Praça Pedro Coutinho em meados do Séc. XX – Paudalho.  
**FONTE:** Acervo do Autor, início do Séc. XX.



**FIGURA 66:** Vista da Praça Pedro Coutinho em 1979 – Paudalho.  
**FONTE:** PPSHI, 1982



**FIGURA 67:** Vista da Praça Pedro Coutinho em 2010 – Paudalho.  
**FONTE:** Autor da pesquisa, 2010.



A Figura 68 apresenta uma vista da Praça Pedro Coutinho – Quadra 05 com as Casas Nº. de ordem 15 e 17 ainda preservadas no ano de 1971. As Figuras 69 e 70 mostram a descaracterização nos anos de 2002 e 2010.



**FIGURA 68:** Vista da Praça Pedro Coutinho em 1971 – Desfile Clube Lenhadores.  
**FONTE:** Acervo do Autor, 1971.

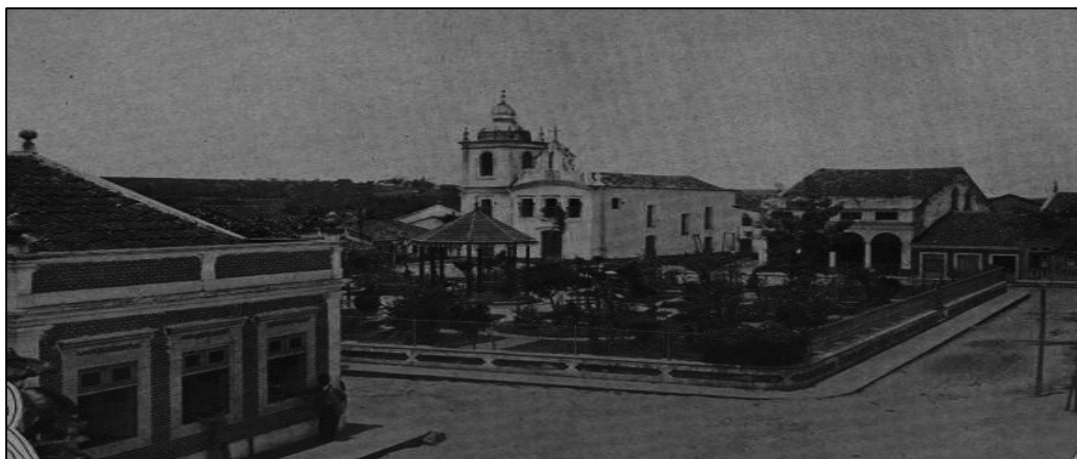


**FIGURA 69:** Vista da Praça Pedro Coutinho em 2002 – Paudalho.  
**FONTE:** Projeto do Circuito Turístico Paudalho – São Severino do Ramos, 2002.



**FIGURA 70:** Vista da Praça Pedro Coutinho em 2010 – Paudalho.  
**FONTE:** Autor da pesquisa, 2010.

Na Figura 71, temos uma vista da Praça Joaquim Nabuco, ainda com coreto no início do Séc. XX; nota-se ao lado da Igreja do Rosário um imóvel com quatro portas em arco pleno. Na Figura 72 a mesma praça é reformada e são colocados postes de iluminação, em meados do Séc. XX. A Figura 73 expressa o mesmo local em 2010.



**FIGURA 71:** Vista da Praça Joaquim Nabuco no início do Séc. XX – Paudalho.  
**FONTE:** Acervo do Autor, início do Séc. XX.



**FIGURA 72:** Vista da Praça Joaquim Nabuco em meados do Séc. XX – Paudalho.  
**FONTE:** Acervo do Autor, meados do Séc. XX.



**FIGURA 73:** Vista da Praça Joaquim Nabuco em 2010 – Paudalho.  
**FONTE:** Autor da pesquisa, 2010.

O diagnóstico do núcleo histórico do Município do Paudalho evidencia a relevância do patrimônio cultural em questão. Valores arquitetônicos, históricos, ambientais e culturais são identificados através de elementos individuais de valor excepcional através da relação dos elementos de valor do conjunto que formam. Fica evidente o alto grau de descaracterização das fachadas e a urgente necessidade de: alternativas técnicas relacionadas à conservação desse rico patrimônio cultural; ações efetivas de educação patrimonial; instituição de uma legislação municipal que proteja e discipline e incentive a preservação dos bens culturais em Paudalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da elaboração desta monografia sobre o patrimônio cultural edificado, de parte do núcleo histórico do Município do Paudalho – De Santa Teresa ao Rosário -, foi possível comprovar, apesar do precário estado de sua conservação e da sua descaracterização, o potencial de riqueza de seus atributos histórico-arquitetônicos, de suma relevância para a preservação da memória, identidade do desenvolvimento sustentável de Paudalho.

Vale ressaltar a existência de instrumentos que velam por sua preservação, oriundos de iniciativas administrativas do próprio Município, que, por questões adversas ou descontinuidade de projetos, são desconhecidos ou não utilizados. Destacam-se entre outros: 1) a proposta do PPSHI (1982), que sugere ao um modelo de lei municipal de proteção dos bens de valor cultural, disciplinamento e estímulo à preservação desses bens; 2) o Projeto do Circuito Turístico-Religioso Paudalho - São Severino do Ramos (2002), que contempla diretrizes gerais sobre a perspectiva turística do Município, considerando a romaria em louvor a São Severino do Ramos, com proposições ambientais, zoneamento das atividades, bases legais para uso e ocupação do solo, conservação – adequação - compatibilização e restauração dos bens arquitetônicos, legislação – educação patrimonial e tombamento das edificações do núcleo histórico de Paudalho e do Engenho Ramos; 3) Plano Diretor do Município (Lei Municipal nº. 574/2006), que estabelece normas de ordem pública e interesse social, regulando o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança, do bem estar do cidadão e do equilíbrio ambiental; zoneia o território municipal, ordenando e disciplinando o crescimento urbano através da distribuição espacial das atividades e proteção do patrimônio natural e construído; 4) Código de Posturas Municipais (Lei Municipal nº. 572/2006), que confere ao Município o poder de polícia administrativa, impondo limitações às atividades dos indivíduos, a fim de prevenir danos sociais, no qual ganham relevo os artigos 74 a 86 (com disposições relativas à preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural), os artigos 91 a 93 (que disciplinam a publicidade e propaganda) e os artigos 94 a 97 (com disposições gerais para preservação da estética das edificações).

Observa-se, no entanto, que embora a cidade esteja amparada, legalmente, sobre essas questões, há pouca conscientização dos citados instrumentos e, conseqüentemente, os mesmos não produzem efeitos necessários e desejáveis. É notório o desconhecimento da população e a

falta de decisão política do atual governo municipal no tocante ao planejamento (à formação de quadro de recursos humanos, habilitado ou qualificado para lidar com as questões de preservação cultural). Como pode ser percebido, por exemplo, nas iniciativas para reforma da Ponte do Itaíba, havia desconhecimento (?) da necessidade de autorização do órgão competente (FUNDARPE); e o recente asfaltamento do centro do município (setembro 2010), subtraindo do núcleo histórico, principalmente da Praça Joaquim Nabuco, a característica original das pedras irregulares. Desse modo, notificam-se perdas irreversíveis para o núcleo histórico abordado, desfalque e descaracterização, do conjunto arquitetônico, bem como depredação e degradação do patrimônio cultural.

Outros obstáculos para realização da pesquisa dizem respeito à outros acervos e outros acervos arquivísticos (por exemplo, falta de mapas e plantas do Município, de plantas e escrituras dos imóveis, bem como registro fotográfico das edificações). Constatou-se que existem bens com informações parciais, com falhas e omissões. Algumas lacunas foram preenchidas com o acervo fotográfico do autor desta pesquisa, referente ao carnaval de Paudalho, especialmente o registro do desfile carnavalesco dos clubes Estrela e Lenhadores.

Contudo, há o que deve ser destacado como aspectos favoráveis a esta produção, bem com à finalidade da mesma. Em nível estadual e federal, a FUNDARPE e o IPHAN têm demonstrado o interesse em colaborar na preservação, atendendo às solicitações de visita técnica ao município. Não se deve omitir, a nível local, a valorosa contribuição do acervo documental de Severino Soares de Araújo, pesquisador nato da história de Paudalho, autor do Livro “Paudalho Terra de Engenhos”, falecido em 2008, disponibilizada por sua família. Além desse, destaca-se o texto de histórico-religioso da professora Bernadete Almeida, datado de 1994, relativa às comemorações dos 195 anos da Paróquia do Divino Espírito Santo. Deixada de lado a modéstia, pode-se lembrar, também, a contribuição profissional do autor deste trabalho nas iniciativas e desenvolvimento de ações de educação patrimonial, como por exemplo: o Projeto Redescobrimdo Paudalho (2001-2008); a elaboração do Calendário Histórico-cultural do Município(2003); o Cadastro Cultural dos bens tangíveis e intangíveis(2006); e a I Jornada do Patrimônio Cultural em Paudalho(2010), enquanto Secretário de Cultura do Município, no período 2001-2008.

Diante do exposto, impõe-se reconhecer a necessidade imediata da gestão municipal vigente rever seu posicionamento que vem gerando indiscriminada e acelerada, descaracterização do

patrimônio cultural do Município. Para minimizar tais conseqüências, recomenda-se, ainda: estruturação de uma política voltada para a conservação dos bens culturais do Município; a sistematização das informações por parte do poder municipal; a publicidade dos planos e legislação municipal; a concentração e mobilização de esforços para sua efetiva implantação; a criação de permanente instrumento de educação patrimonial através de oficinas e elaboração de cartilhas sobre o patrimônio cultural e a construção de um livro didático sobre a história do Município com autoria de uma equipe multidisciplinar que proporcione múltiplos olhares. Destaca-se também: a importância de um plano de ação para a preservação do patrimônio cultural que agregue as proposições acima; a instituição de uma legislação municipal com normas gerais para proteção, disciplinamento e estímulo à preservação dos bens de valor histórico-cultural, na perspectiva do desenvolvimento sustentável e da conservação urbana integrada, englobando toda a mancha urbana e suas dinâmicas sociais e o tombamento do núcleo histórico.

A busca de uma rede social, também, pode contribuir para a preservação. É indispensável mencionar, a nível municipal, a participação da justiça e promotoria pública, na defesa do patrimônio edificado, no processo de restauração da casa nº. 05 localizada na Praça Pedro Coutinho. O projeto original descaracterizava a fachada com características estilísticas ecléticas, com revestimento em azulejo português e a mesma foi embargada e solicitada a readequação do projeto arquitetônico. Organizações não governamentais e escolas públicas e privadas que desenvolvam projetos de resgate e valorização do patrimônio cultural são também potenciais aliados dessa luta.

Considerando a provisoriedade do conhecimento construído ao longo desta pesquisa, parece plausível admitir que seu produto específico – inventário do patrimônio cultural edificado do núcleo histórico do Paudalho - seja parâmetro para preservação desse rico patrimônio e referência no processo de tombamento estadual. Ainda, poderá, servir de instrumento para implantação de uma nova política de patrimônio no Município, bem como de divulgação dos valores identificados na pesquisa. Suas perspectivas poderão ser expandidas ao interior das edificações, aos demais sítios, bem como ao patrimônio imaterial do município.

Compreende-se, portanto que embora este relatório não esgote o tratamento do seu tema de estudo, ele parece oferecer relativa contribuição, no sentido de sensibilizar as autoridades locais e a população local sobre a premente necessidade de preservação do rico patrimônio

cultural inventariado neste trabalho de graduação do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Damas. Desse modo, alimenta-se o sonho de que os paudalhenses venham um dia cantar, com todo fôlego: “Paudalho, linda flor da mata!”



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Miriam L. “**Pirenópolis e o impacto do Tombamento**”, Brasília, UNB, 2006.

ARAÚJO, Severino S. “Paudalho Terra dos Engenhos”, Avellar, Paudalho, 1990.

AZEVEDO, Paulo O.D. “**Por um inventário do patrimônio cultural brasileiro**” Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. N. 22, Ed. /1987.

BARRETO, Juliana; LACERDA, Norma “**Subsídios para elaboração de Plano de Gestão da Conservação do Núcleo Histórico de Goiana-PE**”, Olinda, CECI, 2007.

BASTOS, Sênia “**Nosso Patrimônio Cultural: Uma Metodologia de Pesquisa** “ Pasos - Revista de Turismo e Patrimônio Cultural Vol. 2 Nº. 2 p. 257-265, 2004. Disponível em [www.pasosonline.org.br](http://www.pasosonline.org.br). Acesso em: 29 set. 2010.

COMISSÃO PONTIFÍCIA PARA OS BENS CULTURAIS DA IGREJA “**A Carta Magna Sobre Inventário/Catálogo dos Bens Culturais da Igreja**”, Vaticano, 1999.

CASTRIOTA, Leonardo B. “**Patrimônio Cultural: Conceitos, Políticas, Instrumentos**”, Annablume, Belo Horizonte, 2009.

CAVALCANTI, Sylvia T.D.H. “**O azulejo na arquitetura civil de PE - Sec. XIX**”, Metalivros, São Paulo, 2002.

CORREA, Roberto L. “**A Geografia Cultural e o Urbanismo**” In: Introdução a Geografia Cultural. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

COSTA, F. A. Pereira “**Anais Pernambucanos.**”, Recife, Arquivo Público Estadual, 1983

CHOAY, Françoise “**Alegoria do Patrimônio**”, São Paulo / Ed. UNESP, 2006.



FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DO INTERIOR DE PERNAMBUCO “**Plano de Preservação dos Sítios Históricos do Interior/PPSHI Primeira Parte**”, Recife, FIAM, 1982.

FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO “**Patrimônios de Pernambuco: Materiais e Imateriais**”, Recife, FUNDARPE, 2009.

\_\_\_\_\_”Diagnóstico do Conjunto Urbano da Rua da Aurora” Produção Técnica da Diretoria de Preservação Cultural, Recife, FUNDARPE, 2010.

FURTADO, Ricardo C.; ZANCHETI, S.M. “**Piranhas: Proposta de Tombamento e Plano de Gestão**”, Recife, L.Dantas da Silva Ed./CHESF, 2003.

GALVÃO, Sebastião V. “**Dicionário Chorográfico e estatístico de PE**”, Rio de Janeiro, imprensa oficial, 2006.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, “**Cartas Patrimoniais**” 3ª ed. ver. Aum; Rio de Janeiro, 2004.

\_\_\_\_\_”**Inventário Nacional de Bens Imóveis – Sítios Urbanos Tombados**” Produção Técnica, Brasília, IPHAN, 2001.

\_\_\_\_\_ “**Paisagem Cultural**”, Recife, IPHAN, 2010.

\_\_\_\_\_ PEREQUITO, Daniela; BARRETO, Juliana “**Estudo Para Instrução do Processo de Tombamento do Núcleo Histórico de Goiana**”, Recife, IPHAN, 2005.

JOKILEHTO, Jukka... et al.; “Gestão do Patrimônio Cultural Integrado” Zancheti, S.M. (org.), Ceci, Recife, Ed. Universitária da UFPE, 2002.

KOHLSDORF, Maria E. “**A Apreensão da Forma da Cidade**”, Brasília, Ed. Universitária da UNB, 1996.

LAPA, Tomaz; ZANCHETI, S.M. “**Conservação Integrada e Territorial**” In: Zancheti, S.M. (org.), *Gestão do Patrimônio Cultural Integrado*, Ceci, Recife, ed. Universitária da UFPE, 2002.

LEAL, Thalianne “**Bairro de Santo Antonio e São José**”, Recife, IPHAN, 2008.

LE GOFF, Jacques “**A História Nova**”, São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LEMOS, Carlos A.C. “**O que é patrimônio histórico**”, São Paulo, Brasiliense, 1981.

MELO, Mário C.D.R. “**Pau d’Alho Geographia Phisica e Política**”, Recife, Imprensa Oficial, 1918.

MILET, Vera “**Base de Informação para as Tarefas de Gestão**” In: ZANCHETI, S.M. (org.) *Gestão do Patrimônio Cultural Integrado*. Recife, Ed. Universitária da UFPE, 2006, p. 125 – 132.

MIRANDA, Marcos P.S. “**O Inventário como Instrumento Constitucional de Proteção ao Patrimônio Cultural Brasileiro**” *Jus Navigandi*, Teresina, ano 12, n. 1754, 2008. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=11164>. Acesso em: 04.02.2010.

MOTTA, Lia “**Inventários de Identificação: Um Panorama da Experiência Brasileira**”, Rio de Janeiro, IPHAN, 1998.

PELEGRINI, Sandra C.A. “**O Patrimônio Cultural no Discurso e na Lei**”, São Paulo, UNESP, 2006.

PONTUAL, Virgínia “**A Gestão da Conservação Integrada**” In: Zancheti, S.M. (org.), *Gestão do Patrimônio Cultural Integrado*, Ceci, Recife, ed. Universitária da UFPE, 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DO PAUDALHO “**Plano Diretor do Município de Paudalho**” FIDEM 2002,

\_\_\_\_\_ **“Projeto do Circuito Turístico Religioso: Paudalho/São Severino do Ramos”** IPAD/Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, Paudalho, 2002.

REIS, Márcio V. **“Princípios da Conservação Urbana Integrada”** São Paulo, IPT, 2007.

SILVA, Aline F. **“Critérios para intervenção no Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife”**, Recife, IPHAN, 2007.

SANTOS, Irene S.F. **“Patrimônio Histórico Cultural: Leitura Crítica dos Conceitos e suas Implicações na Prática Escolar”**, Ponta Grossa, UEPG, 2008.

UNESCO, **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. Disponível em: [www.unesco.org.br](http://www.unesco.org.br). Acesso em: 21 mar. 2010.

VIEIRA, Natália M. **”Gestão de Sítios Históricos: A Transformação dos Valores Culturais e Econômicos em Programas de Revitalização em Áreas Históricas”**, Recife, Ed. Universitária da UFPE, 2008.

ZANCHETI, Sylvio M. **“O Desenvolvimento Sustentável Urbano”**, ” In: Zancheti, S.M. (org.), **Gestão do Patrimônio Cultural Integrado**, Ceci, Recife, ed. Universitária da UFPE, 2002.

# APÊNDICES